

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL**

**A MULHER COMO FORÇA DE TRABALHO NA
MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Juliana Franchi da Silva

**Santa Maria, RS, Brasil
2011**

A MULHER COMO FORÇA DE TRABALHO NA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL

Juliana Franchi da Silva

Monografia de Pós Graduação apresentada no Curso de Especialização em História do Brasil, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em História do Brasil**.

Orientador: Prof. Diorge Alceno Konrad

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Especialização em História do Brasil**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de Pós-Graduação

**A MULHER COMO FORÇA DE TRABALHO NA MODERNIZAÇÃO
DA AGRICULTURA NO BRASIL**

elaborada por
Juliana Franchi da Silva

como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em História do Brasil.**

COMISSÃO EXAMINADORA:

Diorge Alceno Konrad, Dr.
(Presidente/Orientador)

Sérgio Alfredo Massen Prieb, Dr. (UFSM)

Glaucia Vieira Ramos Konrad, Dra. (UFSM)

Maria Medianeira Padoin, Dra. (UFSM)

Santa Maria, 22 de fevereiro de 2011.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível devido às contribuições que recebi. Devo agradecer a muitas pessoas e, antes de cair no risco de esquecer alguém, desde já agradeço profundamente a todos.

Agradeço inicialmente a minha família pelo apoio em todos os momentos para vencer mais esta etapa.

Ao meu companheiro Adelar, quero agradecer de maneira carinhosa, pelo incentivo e compreensão, pois muitas vezes suportou todas as dificuldades e crises que atravessei no decorrer da elaboração deste trabalho final.

Ao professor Diorge Alceno Konrad pela paciência, compreensão, amizade, e que com sua dedicação esteve presente em meus momentos de indecisão e dúvidas me orientando.

Agradeço em especial aos professores Sérgio Alfredo Massen Prieb, Gláucia Vieira Ramos Konrad e Maria Medianeira Padoin por terem aceitado participar da Comissão Examinadora e pelas sugestões que foram significativas para a finalização deste trabalho.

Agradeço a todos os outros professores do curso de Especialização em História do Brasil, pelo prazer que me concederam de desfrutar de seus conhecimentos.

Por fim, não posso deixar de agradecer aos verdadeiros colegas e aos amigos que conquistei no decorrer do curso de pós-graduação.

Do lar, não, trabalhadoras rurais.
(Lema do MMTR)

RESUMO

Monografia de Pós-Graduação
Curso de Especialização em História do Brasil
Universidade Federal de Santa Maria

A MULHER COMO FORÇA DE TRABALHO NA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL

AUTORA: JULIANA FRANCHI DA SILVA
ORIENTADOR: DIOERGE ALCENO KONRAD

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 22 de fevereiro de 2011.

Pode-se afirmar que as mulheres foram esquecidas pela História até pouco tempo atrás, ou melhor, parece que o processo histórico da humanidade veio sendo realizado somente por homens. Porém, na sociedade isso veio mudando, isto é, passou-se a observar melhor o significado da mulher diante da organização familiar, na economia, nos movimentos sociais, na política e no trabalho coletivo. Por isso, a presença da mulher trabalhadora no mundo rural como força de trabalho a partir da modernização da agricultura brasileira, é um objeto importante a ser pesquisado. Afinal, com a modernização da agricultura iniciado a partir das décadas de 1960-80, a mulher passou a comparecer como força de trabalho e não mais totalmente subordinada à família, como em décadas anteriores. A partir de uma análise teórica bibliográfica, pretende-se ressaltar a ideia de que a mulher trabalhadora rural, por fazer parte de uma parcela considerável da sociedade e por representar uma força de trabalho ativa em grande escala no mundo capitalista, não deve ser esquecida e nem tratada com indiferença. As mulheres trabalhadoras rurais como sujeitos sociais e políticos vão continuamente transformando suas vidas e saindo da invisibilidade. Portanto, através dos movimentos de mulheres trabalhadoras fazem suas reivindicações tentam transformar o mundo rural brasileiro.

Palavras-chave: Mulheres. Modernização. Movimentos de Mulheres. Brasil.

ABSTRACT

**Monograph of Masters Degree
Course of Specialization in History of Brazil
Universidade Federal de Santa Maria**

**THE WOMAN AS WORKFORCE IN THE MODERNIZATION OF THE
AGRICULTURE IN BRAZIL**

**AUTHOR: JULIANA FRANCHI DA SILVA
ADVISOR: DIOERGE ALCENO KONRAD**

Date and Place of the Defense: Santa Maria, February, 22, 2011.

It can be affirmed the women were forgotten by the History even little time behind, or better, it seems the humanity's historical process came being accomplished only by men. However, in the society that vein changing, that is, started to observe the woman's meaning better due to the family organization, in the economy, in the social movements, in the politics and in the collective work. Therefore, the hard-working woman's presence in the rural world as workforce starting from the modernization of the Brazilian agriculture, is an important object to be researched. After all, with the modernization of the agriculture begun starting from the decades of 1960-80 the woman passed to attend as workforce and no totally subordinate to the family as previous decades. Starting from a bibliographical theoretical analysis it intends to emphasize the idea the rural hard-working woman, for doing part of a considerable portion of the society and for representing a workforce it activates in great scale in the capitalist world, it should not be forgotten and nor treated with indifference. The rural hard-working women as social subjects and vain politicians continually transforming their lives and leaving the invisibility. Therefore, through the hard-working women's movements they make their claims try to transform the Brazilian rural world.

Key-words: Women. Modernization. Movements of Women. Brazyl.

LISTA DE SIGLAS

Articulação Nacional do Movimento das Trabalhadoras Rurais – ANMTR

Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais – AIMTR

Central Única dos Trabalhadores - CUT

Comunidades Eclesiais de Base - CEBs

Comissão Pastoral da Terra – CPT

Comissão Regional dos Atingidos por Barragens – CRAB

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa

Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul – FETAG

Frente Agrária Gaúcha – FAG

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

Movimento dos Agricultores Sem Terra - MASTER

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul – MMTR –RS

Movimento Sem Terra - MST

Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG

Políticas de Garantias de Preços Mínimos - PGPM

Partido dos Trabalhadores - PT

Rio Grande do Sul - RS

Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR

Sempre Viva Organização Feminista - SOF

SUMÁRIO

	RESUMO.....	6
	ABSTRACT.....	7
1	INTRODUÇÃO.....	10
2	CONSIDERAÇÕES SOBRE A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL.....	12
3	A PRESENÇA DA MULHER NO MUNDO DO TRABALHO RURAL	22
4	MULHERES TRABALHADORAS RURAIS COMO SUJEITOS SOCIAIS E POLÍTICOS.....	32
5	CONCLUSÃO.....	45
6	REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

Apesar de, durante muitos anos, as mulheres terem sido esquecidas, dando a impressão de que a sociedade era habitada apenas pelos homens, na sociedade isso veio mudando, isto é, passou-se a observar melhor o significado da mulher diante da organização familiar, na economia, nos movimentos sociais, na política e no trabalho coletivo. Por isso, a presença da mulher trabalhadora no mundo rural, como força de trabalho, a partir da modernização da agricultura brasileira, é um objeto importante a ser pesquisado.

O objetivo deste trabalho consiste em compreender algumas mudanças ocorridas na modernização da agricultura, sendo que as mulheres trabalhadoras rurais sofreram as consequências dessas mudanças, o que torna relevante observar como as mesmas reagiram e transformaram seu cotidiano a partir da década de 1960.

Desde o Brasil Colonial, se tem uma demarcação entre os espaços do doméstico e do público, a qual abrange os limites do lar e do campo, que foram estabelecidos pela divisão do trabalho e pela atribuição de determinados papéis no contexto da família rural.

Desse modo, neste período, era o homem que mantinha relação com o proprietário de terra e quando tinha contrato de ocupação, este se dava em função do número de integrantes na família. Para a mulher, cabia então, ser uma mão-de-obra colaboradora. Ela costumava dividir o seu tempo entre a o trabalho da casa e o da lavoura, sendo que, o segundo apenas era uma ajuda. Em geral, não participava das negociações e nem da comercialização dos produtos. A maioria das mulheres se encarregava sozinha do trabalho doméstico e dos cuidados dos filhos.

Esse contexto foi se modificando com a constituição de um mercado de trabalho feminino, efeito do processo de modernização da agricultura, iniciado a partir das décadas de 1960-80, o qual possibilitou com que a mulher passasse a comparecer como força de trabalho individualizada e não mais subordinada à família.

As mulheres rurais passaram a possuir desejos diferentes do que costumavam apresentar no contexto rural anterior. O universo do campo se ampliou com a modernização agrícola e acarretou uma série de mudanças nas regiões rurais do País, que afetaram principalmente os pequenos produtores, que se obrigaram a buscar diversificação de suas atividades e recorrer ao trabalho assalariado.

Portanto, a pesquisa propõe-se a responder a seguinte questão: quais os efeitos das mudanças no mundo rural brasileiro sobre as mulheres trabalhadoras rurais?

A elaboração do presente trabalho justifica-se pela necessidade de uma análise pontual da inserção da mulher no mundo do trabalho rural, através de uma reflexão sobre os elementos que favorecem esta inserção e as mudanças que ocorrem em suas vidas. O trabalho da mulher, em sua grande maioria, sempre foi considerado como uma ajuda ou complemento ao trabalho do homem, tornando-se ponto de desinteresse dentro do universo da produção rural.

O longo processo de exclusão da mulher da História revelou que a ela coube o confinamento no espaço da vida privada. Tradicionalmente, as mulheres foram afastadas da política, discriminadas no mundo do trabalho, condicionadas e vinculadas à reprodução, ao trabalho doméstico e ao cuidado com as crianças e o marido. Ocupadas demais para serem percebidas pela História, que se limitava a tratar da vida pública, domínio quase que exclusivo dos homens.

A presente pesquisa baseia-se de nos recursos de uma análise descritiva e conceitual, pela possibilidade de compreensão das estruturas subjacentes a bibliografia. Para a análise e interpretação do objeto de pesquisa, visando uma compreensão global, utilizam-se como referenciais teóricos alguns trabalhos significativos para a realização da pesquisa como livros, publicações e artigos da Internet contendo estudos sobre o assunto. Busca, assim, compreender a realidade da mulher trabalhadora rural e sua atuação na sociedade.

Afora a presente introdução, a pesquisa se apresenta estruturada em outras quatro seções. A primeira seção, intitulada “Considerações sobre a modernização da agricultura no Brasil”, propõe-se a observar de modo geral o processo modernizador que o mundo rural sofreu desde a década de 1960 até 1980. A segunda seção, “A presença da mulher no mundo do trabalho rural”, tem a pretensão de inserir a mulher no campo, no sentido de mostrar com ela foi vista neste espaço e se as desigualdades persistem ou não. Na terceira seção, “Mulheres trabalhadoras rurais como sujeitos sociais e políticos”, pretende-se mostrar a importância dos movimentos das mulheres trabalhadoras rurais que permitiram que mudassem a sua História, principalmente a partir da década de 1980 até os dias de hoje. Por fim, na quarta seção, apresentam-se as considerações finais, mesmo que não definitivas, sobre o tema abordado.

Sendo assim, esse trabalho monográfico quer ressaltar a ideia de que a mulher trabalhadora rural, por fazer parte de uma parcela considerável da sociedade e por representar uma força de trabalho ativa em grande escala no mundo capitalista, não deve ser esquecida e nem tratada com indiferença. Daí, a contribuição da pesquisa.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL

Pode-se dizer que a modernização é um processo de mudança econômica, social e política pelo qual determinada sociedade supera estruturas tradicionais (de base rural) – criando novas formas de produção, mecanismos racionais de dominação e novos padrões de comportamento. Porém:

No Brasil, o processo de modernização foi induzido por impulsos externos, os setores que se transformaram passaram a coexistir com setores tradicionais o que gerou problemas sociais, êxodo rural descontrolado, crescimento urbano exagerado e marginalidade social crescente. (SANDRONI, 2004, p. 405).

No Brasil, a estrutura desenvolvimentista sempre fora desigual. Desde o período colonial se enfrentou conjunturas complexas de transformações econômicas e sociais. Neste processo histórico, o capitalismo como modo de produção mundial, subordinou diferentes formas de produção e se apropriou do trabalho social, da divisão social do trabalho e da sua divisão internacional.

Dadas as condições da divisão internacional do trabalho, não havia possibilidade histórica de realização plena da industrialização no Brasil naquele momento, mas também não era projeto da fração da burguesia agrária hegemônica dentro da classe dominante desviar recursos para a indústria. Essa atitude reforçou a dependência.

A dependência de uma monocultura é muito forte e enfrenta as diversas oscilações do mercado e do capital internacional. Entretanto, sob o ponto de vista da classe dominante local não havia nenhum problema, na medida em que ela obtinha altos lucros com a monocultura exportadora e não podia alcançar as condições técnicas e de capital necessárias ao incremento da produção industrial.

Muitos industrialistas que levantaram a bandeira da industrialização, não apenas no final do século XIX, mas também no início do atual, não conseguiram enfim impor como eixo definidor uma indústria que estivesse liberada e independente da agricultura. Todas as medidas postas e prática consideravam que o Brasil, com sua vocação agrícola, só deveria produzir aqui as mercadorias necessárias à produção agrícola. (IOKOI, 1989, p.63-4).

Entretanto, na obra de Fausto (1994), *A Revolução de 1930*, o autor refere-se à visão acerca do campo e da cidade, discutindo se havia um embate entre a tradicional aristocracia cafeeira e a nova elite burguesa industrial. Para ele, não se tem uma oposição entre esses dois setores da elite social, isto é, o setor industrial não possuía uma força coesa que pudesse desbancar a elite agrária de modo revolucionário. A indústria, era dependente do setor

primário exportador, devido os ramos básicos fundamentais serem insignificantes, possuía baixa capitalização e não era concentrada. Também, apesar da influência política da burguesia industrial, esses burgueses eram em menor número. Desse modo, a atividade primária tinha muita força.

O termo modernização, para Graziano da Silva (1998), tem tido uma utilização muito ampla, referindo-se ora as transformações capitalistas na base técnica da produção ora à passagem de uma agricultura “natural” para uma que utiliza insumos fabricados industrialmente.

De acordo com o autor acima, não é por acaso que a política de modernização conservadora – uma via capitalista de desenvolvimento que não tocava na estrutura da propriedade rural – seria exatamente o sentido das políticas agrícolas agrárias dos governos militares que se seguiram ao Golpe de 1964. Além de ser apoiada por segmentos da burguesia brasileira e do capital internacional.

Segundo Ianni (1979), o Estado Brasileiro foi levado a realizar uma política econômica agressiva e sistemática de subordinação da agricultura ao capital. As medidas adotadas propiciaram a aceleração do desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo.

No início da década de 1960, a economia brasileira mantinha ainda uma trajetória de crescimento, mas em 1962 apontava-se uma recessão. A partir da posse e renúncia de Jânio Quadros, a sociedade brasileira atravessou um período de grande instabilidade política que resultou na interrupção do processo político democrático e na instauração da Ditadura Civil-Militar, em 1964.

De acordo com Lacerda, Bocchi, Rego e Marques (2002, p. 99):

A política de estabilização tentada pelo governo João Goulart, com o Plano trienal de Celso Furtado, fracassara, agravando a crise econômica e aumentando o seu desgaste político. A partir de 1964, o regime militar e as políticas de estabilização e de transformações institucionais da economia brasileira teriam êxito com o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo). O regime militar aprofundou as características do modelo econômico dependente e associado ao capital estrangeiro, e manteve a matriz industrial implementada com o Plano de Metas. Essas seriam as bases do chamado milagre econômico Brasileiro de 1968/1973).

Então, o “milagre brasileiro” foi um período de grande crescimento do PIB e da produção industrial, entre 1968 e 1973. O Brasil beneficiou-se do grande crescimento do comércio mundial e dos fluxos financeiros internacionais para aumentar a abertura comercial

e financeira em relação ao exterior. No período, ocorreu grande concentração de capital estrangeiro, na forma de investimentos diretos, principalmente através de empréstimos.

No entanto, como consequência, se teve o agravamento da dívida nos anos 1980. Em decorrência, houve um crescimento econômico e, juntamente, o agravamento das questões sociais, o aumento da concentração de renda e a deterioração de importantes indicadores sociais. Um “milagre” que tornou cada vez mais visível as contradições estruturais da economia e a dependência do País em relação ao capital internacional.

De acordo com Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2004), após o Golpe Civil-Militar de 1964, os gestores da política econômica procuraram criar um novo arcabouço para a política agrícola brasileira, visando à promoção de um forte processo de modernização agrícola do País, com o crescimento da produtividade do setor.

Neste esboço institucional, destacou-se o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), instituído em 1965 pela Lei nº. 4.829, o qual tinha por objetivo propiciar aos agricultores linhas de créditos acessíveis e baratas, a fim de viabilizar o investimento e a modernização do setor e as Políticas de Garantias de Preços Mínimos (PGPM), visando garantir um preço de venda mínimo aos produtores, especialmente nos períodos de safra, quando os preços agrícolas tendem a cair muito. A Embrapa também teve um papel importante no setor de pesquisas e no auxílio técnico aos agricultores.

A modernização da agricultura no Brasil, a partir da década de 1960, avançou com a implantação de um setor industrial voltado para a produção de equipamentos e insumos, pois se pretendia sair de uma agricultura tradicional com técnicas rudimentares e aprofundar na mecanização. Era preciso, então, deixar de lado o modelo de substituição de importações e modernizar o setor agrário e a formação do complexo agroindustrial.

De acordo com Ianni, a Ditadura que se instalou no Brasil teve uma base sólida na agricultura. Segundo ele:

O bloco de poder instalado no estado brasileiro engloba as burguesias industrial, financeira, comercial e agrária, além de setores da classe média, clero, burocracia pública e privada, militares e policiais. Mas a burguesia agrária, composta de latifundiários e empresários, nacionais e estrangeiros, representa um elemento importante desse bloco de poder. Tanto na preparação do golpe de Estado de 31 de março de 1964, quanto na consolidação e desenvolvimento da ditadura, os latifundiários e empresários rurais desempenham um papel decisivo. Foi essa burguesia agrária que alimentou uma vasta campanha contra a ideia e as medidas de reforma agrária que estavam sendo cogitadas pelo presidente João Goulart, nos anos 1961-64 (...) (1979, p. 243).

A modernização no campo deveria ocorrer, caso contrário seria um entrave para o desenvolvimento econômico do País. Esse desenvolvimento se deu através do capital

internacional, com a crescente participação das empresas multinacionais, pois tinham interesses em manter o setor rural subordinado aos recursos por elas produzidos, por exemplo, maquinaria e equipamentos, insumos etc.

Segundo Ianni, na lógica do modelo de “economia aberta” estava tanto a ênfase na exportação de produtos industrializados, de base não-agrícola, como a exportação de produtos de origem agrícolas industrializados ou não. Daí, o governo se empenhar em impulsionar toda produção exportável. Então:

Ao mesmo tempo em que o poder público foi levado a favorecer e incentivar a produção e exportação do setor secundário, também favoreceu e incentivou a produção e exportação do setor primário. Tratava-se e trata-se de produzir divisas para criar capacidade de importar tecnologia, insumos industriais e know-how, para produzir para exportar para criar capacidade de importar e assim por diante. A acumulação capitalista, acompanhada de um intenso processo de concentração e centralização do capital, estava baseada num mercado interno restrito e num mercado externo em expansão. O mercado interno restrito era composto principalmente pela classe média urbana capaz de consumir automóveis, geladeiras, televisões, etc. Não houve qualquer intenção de alargar o mercado interno por meio de política salarial ou alguma reforma agrária (...). (1979, p. 39)

O lado perverso da modernização agrícola foi a concentração fundiária, o crescimento da utilização de mão-de-obra temporária e o aumento lento do pessoal ocupado no setor. Esses elementos contribuíram para piorar a distribuição de renda do setor. E o caminho para uma reforma agrária passou a ser criticado, principalmente na década de 1970, permanecendo somente nos discursos.

O Brasil sempre foi um país detentor de grandes latifúndios, possuidor de grande concentração de renda num plano mundial. Isso contribuiu para aumento crescente da miséria, violência e a continuação de uma cultura de educação elitizada desde outrora.

Na passagem do Império para a República, havia expectativas de mudanças, entretanto, nada se concretizou. Era preciso levantar as três grandes bandeiras, ou seja, que se implantasse o federalismo, terminasse a escravidão e se buscasse uma autonomia regional. Entretanto, ocorreu apenas certa liberdade econômica, pois a constituição aparentemente era liberal, mantendo-se, assim, uma estrutura conservadora com uma política que favorecia determinado modelo econômico. Sendo assim:

A República, ou os vitoriosos da República, fizeram muito pouco em termos de expansão de direitos civis e políticos. O que foi feito já era demanda do liberalismo imperial. Pode-se dizer que houve até retrocesso no que se refere a direitos sociais. Algumas mudanças, como a eliminação do Poder Moderador, do Senado vitalício e do Conselho de estado e a introdução do federalismo, tinham sem dúvida inspiração democratizante na medida em que buscavam desconcentrar o exercício do poder. Mas, não vindo acompanhadas por expansão significativa da cidadania política, resultaram em entregar o governo mais diretamente nas mãos dos setores

dominantes, tanto rurais quanto urbanos. (...) No caso da ação positivista (e quase todas as lideranças republicanas que se preocupavam com o proletariado o faziam em função da influência comteana), as consequências para a construção da nova cidadania foram ainda mais sérias. (...) Como vetava a ação política, tanto revolucionária quanto parlamentar, resultava em que os direitos sociais não poderiam ser conquistados pela pressão dos interessados, mas deveriam ser concedidos paternalisticamente pelos governantes (CARVALHO, 1987, p. 45-54).

Entretanto, no decorrer da História brasileira as classes dominadas, os estratos populares, sempre ficaram “inativos” à espera da ação do Estado. Sem contar, por exemplo, as tentativas sem êxito, nas primeiras décadas da República, da criação dos partidos operários. Os movimentos que surgiram no decorrer da História do País sempre foram insipientes e abafados. Havia pouca mobilização e articulação entre os grupos. Desse modo:

No Brasil nunca houve, de fato, uma revolução, e, no entanto, a propósito de tudo fala-se dela, como se uma simples invocação viesse a emprestar animação a processos que seriam melhor designados de modo mais corriqueiro. Sobretudo aqui, qualificam-se como revolução movimentos políticos que somente encontraram a sua razão de ser na firme intenção de evitá-la, e assim se fala em Revolução de Independência, Revolução de 1930, Revolução de 1964, todos acostumados a uma linguagem de paradoxos em que a *conservação*, para bem cumprir o seu papel, necessita reivindicar o que deveria consistir no seu contrário – a revolução. Nessa dialética brasileira em que a tese parece estar sempre se automeando como representação da antítese, evitar a revolução tem consistido, de algum modo, na sua realização (VIANNA, 1996, p. 01).

No entanto, no caso da reforma agrária, ela só se colocou como uma exigência social urgente nos países onde existia uma grande massa de trabalhadores camponeses impedidos de ter acesso a propriedade. E, assim, ganhou força social a ideia da terra pertencer ao trabalhador. Mas, de acordo com Veiga (2007), o que sempre impediu o acesso a terra foi a concentração da propriedade fundiária nas mãos das “oligarquias” que, segundo ele, é um pequeno número de famílias ricas, influentes e poderosas. Sendo que, esses grandes proprietários ao invés de se dedicarem à exploração da terra ou sua exploração produtiva, detêm grandes áreas com fins meramente especulativos.

Claramente observa-se que os latifúndios crescem e a riqueza se concentra em mãos de uma minoria que passa a impor seu poder ao governo, desde a esfera local até a federal. A base do poder vem da propriedade e da riqueza. Leal traduz essa ideia ao se referir ao coronelismo no Brasil da seguinte forma:

(...) o “coronelismo” é, sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil. (...) Sem a liderança do “coronel” – firmada na estrutura agrária do país -, o governo não se sentiria obrigado a um tratamento de reciprocidade, e

sem essa reciprocidade a liderança do “coronel” ficaria sensivelmente diminuída (1997, p. 40-64).

No entanto, para Guimarães (1968), a agricultura brasileira, apesar de ter dado passos para frente no sentido do progresso econômico, com introdução de métodos, processos e relações do tipo capitalista, permaneceu em atraso, no qual o latifúndio manteve o controle da economia agrária. Este exerce controles no que se refere ao domínio da propriedade e da exploração da metade do território e domina mais da metade das divisas obtidas no comércio internacional pelo País.

A formação econômica do Brasil favoreceu a permanência dos latifúndios em mãos de poucos. No século XIX, o poder dos senhores, tanto de café como engenho, dos importadores de manufaturas e traficantes de escravos, fez com que a escravidão fosse mantida por mais tempo, bem como estabeleceu uma imigração na qual parcela dos homens livres se transformassem em pequenos e médios proprietários. Já no século XX, o crescimento demográfico e a industrialização conseguiram impor modificações na propriedade latifundiária. A agricultura se expandiu de modo considerável. E isso ocorre até os dias atuais, através de políticas de ocupações, das multinacionais que também adquirem grandes áreas.

De acordo com Veiga (2007), ocorreu um fechamento da fronteira agrícola, sendo que a expulsão crescente de família de moradores e colonos das grandes plantações provocou um inchaço do contingente de lavradores sem terra que viviam de precários arrendamentos. A situação de alijamento dessa população, cada vez mais se agravou.

Com o processo da modernização da agricultura, se reforçou a predominância dos grandes latifúndios, a implantação de inovações tecnológicas no processo produtivo, o que permitiu que se alterassem as relações de trabalho e produção, intensificando-se as relações capitalistas na agricultura brasileira. Com toda a incorporação das inúmeras técnicas produtivas, cada vez mais avançadas, o capital passou a reger a forma de agir e pensar da sociedade.

Conforme Veiga (2007), as tentativas que se realizaram no Brasil por uma saída democrática para a questão agrária acabaram se frustrando devido à reação autoritária e violenta das classes dominantes. Foi somente em 1930 que começaram a surgir brechas frente ao bloqueio oligárquico. Porém, com o Estado Novo retrocedeu novamente. Até 1964, somente o governo de João Goulart tentou redistribuir a propriedade fundiária e até assinou um decreto que desapropriaria terras nas margens de grandes rodovias, porém, foi esta foi uma das razões para a sua deposição.

No período anterior ao Golpe de 1964, houve pressões para a reforma agrária que partiu de certa organização dos trabalhadores através das Ligas Camponesas¹, movimentos sem terra e através de sindicatos rurais, por exemplo. Entretanto, o debate ora era congelado e ora ressurgia, assim como nos dias atuais.

Para Martine (1990), o novo modelo de economia apoiava-se na oligarquia rural, preocupada com as tensões no campo geradas pelos movimentos sociais, e nos setores mais modernos do capital urbano, interessados na ampliação do seu raio de atuação.

Os trabalhadores do campo sofreram repressão e outras formas de coerção ou até mesmo foram ignorados, porém, com as mudanças que se processavam eles passaram a ser vistos e forçaram a serem vistos. Como desdobramento, ao avançar a agricultura mecanizada e a extensão da legislação trabalhista ao mundo rural, os grandes proprietários impuseram condições mais duras ao trabalho ou expulsando os posseiros, arrendatários, agregados etc. As condições se agravam para as populações campesinas.

Para alguns autores como Iokoi (1989) a luta dos camponeses e trabalhadores rurais² sempre foram violentas, na medida em que o poder do capitalismo se fez sentir com todo rigor do aparato de forças policiais dos proprietários e o Exército Nacional. Além disso, esse grupo social foi por muito tempo desconsiderado pela história do País. Para a autora,

Essa desconsideração é fruto de uma ação política que procura promover a dominação de setores majoritários da produção, sendo a historiografia de certa forma acrítica, reafirmando desde meados do séc. XIX até a década de 1930 a noção cronológica, etapista e linear da História, eliminando o camponês como categoria de análise, por acreditar ser ele um conceito correspondente apenas ao do *junker* europeu.

Quando a historiografia ou mesmo a sociologia referem-se a esse trabalhador, a conotação tem sempre um sentimento ambíguo. O caboclo, o caipira, o tabaréu ou o caiçara são aqueles que moram longe das cidades, sendo por isso tidos como selvagens, ingênuos ou mesmo idiotizados, e, por outro lado, supostamente incapazes de agir politicamente, sendo sua prática considerada messiânica ou pré-política, uma vez que seu desconhecimento da vida urbana, do aparato institucional ou das referências culturais da elite seriam impedimentos concretos a uma ação propriamente política.(...) (1989, p. 65)

Entretanto, de acordo com Brum (1997), os movimentos rurais, mais importantes dessa fase foram as Ligas Camponesas, no Nordeste, o Movimento Agrário dos Trabalhadores

¹ Segundo Iokoi (1989) as Ligas Camponesas foi um movimento que se desenvolveu no nordeste, em meados da década de 50 e que se expandiu. Estava pautado na defesa dos interesses dos posseiros e foreiros, que, explorados pela estrutura do latifúndio subutilizado e pela política de concentração de terras, aceleravam o movimento de migração constante; organizava a resistência e procurava agir como frente legal da luta dos camponeses; reivindicava a extensão do direito aos despossuídos e também acionava juridicamente os desmandos dos latifundiários. As ligas não apenas acobertavam os posseiros e foreiros com seu aparato de defesa, mas também orientavam-nos para estruturarem suas reivindicações sindicais.

² A diferenciação entre camponês e trabalhador rural é algo complexo. Na concepção de Ellen Woortman (1995) o camponês é utilizado como um *ethos*, isto é, um estilo de vida baseado no trabalho da terra.

Rurais Sem Terra (MASTER), no Rio Grande do Sul. Também, em março de 1963, o presidente João Goulart sancionou a Lei do Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo ao mundo rural a legislação trabalhista urbana (carteira profissional, jornada de trabalho, salário mínimo, repouso semanal e férias remuneradas). O Estatuto representou um avanço, fazendo com que os proprietários adotassem um caminho mais fácil, a expulsão dos trabalhadores rurais. Por outro lado, no mesmo ano, o Congresso rejeitou a emenda constitucional que autorizava a desapropriação de terras sem prévia indenização em dinheiro, o que inviabilizou a reforma agrária.

Com o Estatuto da Terra, através da Lei nº 4.504 de 30/11/1964, foi estabelecido um sistema de cadastramento dos imóveis rurais e sua classificação baseado na definição de um módulo rural. Segundo Veiga (2007, p.23), esse Módulo correspondia à área que, em determinada posição geográfica, absorvia toda a força de trabalho de um conjunto familiar com quatro pessoas adultas que proporcionasse um rendimento que fosse capaz de assegurar a subsistência, o progresso social e econômico. Ao ser estabelecido esse Módulo de cada Micro-região Homogênea, tornar-se-ia possível classificar todos os imóveis situados em quatro categorias, isto é, o minifúndio, a empresa rural, o latifúndio por exploração e o latifúndio por dimensão. Assim, segundo o autor:

Como se vê, a lei abre ao Estado um vasto leque de possibilidades de desapropriação por interesse social. Por isso, apesar de não ter sido aplicado ao longo destes 16 anos, o Estatuto da Terra continua funcionando como uma espécie de espada de Dâmoçles sobre as cabeças da oligarquia latifundiária. Quando se reunirem condições políticas propícias, o seu simples desarquivamento possibilitará a rápida desapropriação de imensas áreas nas zonas já declaradas “prioritárias para fins de reforma agrária” (2007, p.25).

As metas estabelecidas pelo Estatuto da Terra eram basicamente a execução de uma reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura. Décadas depois, pode-se constatar que a primeira meta ficou apenas no papel, enquanto a segunda recebeu grande atenção dos governos, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento capitalista ou empresarial da agricultura.

Pode-se observar, no entanto, que a criação do Estatuto da Terra e a promessa de uma reforma agrária foi uma estratégia utilizada pelos governantes para pacificar os camponeses e tranquilizar os grandes proprietários de terra. Essa situação pacificadora segue até os dias atuais.³

³ No entanto, cabe dizer que na Constituição de 1988, por exemplo, os movimentos sociais tiveram conquista no que se refere ao direito a terra, através dos artigos 184 e 186, pois o mesmo faz referência a função social da terra. Com isso, o MST reafirmou sua autonomia através da definição de sua bandeira e suas lutas continuaram.

Segundo Favareto (2006), a década de 1960 representou um ponto de virada na História da agricultura no século XX, motivada por um padrão corporativista. Desse modo, o Estado se tornaria tanto repressor dos conflitos quanto regulador do processo de modernização.

(...) tal padrão se apoiou numa tríade que envolveu: a mudança na base técnica e produtiva da agricultura brasileira, com todo o processo de tecnificação e de articulação dos complexos agroindustriais; a arquitetura das classes sociais, com uma maior e intensa integração entre os capitais agrário, industrial e financeiro; e uma mudança relativa ao papel do Estado e das políticas públicas. Com essa tríade, que envolveu revolução verde/caificação/corporativismo, deram-se os parâmetros para as novas formas de dominação sobre as populações rurais, num padrão que viria a vigorar até meados da década de 1980. (2006, p. 5, *apud* Sorj, 1980; Mueller, 1986).

Entretanto, as crises do petróleo, ocorridas na década de 1970, lançaram novos desafios para a agricultura. A proposta do PROÁLCOOL e a cana-de-açúcar passaram a requerer um maior espaço para a produção e sua destinação ao mercado externo. Então, ao mesmo tempo em que a década de 1970 vai sendo marcada pela industrialização da agricultura, a agricultura cada vez mais se subordinando a indústria e ao capital. O campo passa a ser uma estrutura fundiária controlada pela concentração de terras em mãos de minoria, com produção voltada para a exportação, com crescente diminuição na produção de alimentos para o mercado interno e com a marginalização dos pequenos produtores rurais.⁴

Houve uma maior intervenção do Estado no campo brasileiro, a partir dos anos 1970, com a presença da produção agrícola no que se refere à fiscalização, determinação de preços, estocagem, comercialização etc. O Estado passou a instaurar seu projeto de modernização, com o objetivo de atrelar o setor agrário ao desenvolvimento econômico, pois era preciso viabilizar fortemente o complexo agroindustrial no País.

Entretanto, no final da década de 1970, a inflação já havia superado 40% ao ano, o PIB declinava e a dívida externa ultrapassava 60 bilhões de dólares. Consequentemente, o milagre econômico declinou e os anos 1980 passariam por um período de crise.

⁴ No que se refere a marginalização dos trabalhadores rurais, tem-se um exemplo da pesquisa realizada por Pivetta (2001). O autor observa que, até fins da década de 1960, havia a semi-servidão na fazenda Amália, propriedade da família Matarazzo, pois os cortadores de cana exibiam a condição de colonos e moravam em casas construídas pelos patrões e espalhadas pela terra da propriedade. O dia a dia na fazenda era dedicado literalmente ao trabalho. Acordavam às 5 horas da manhã, com o primeiro badalar do sino, tomavam o café e pegavam no batente até as 9 horas da noite, quando o sino voltava a tocar. Tinham apenas algumas pausas para o almoço e merenda. Entretanto, com o passar do tempo essas condições de marginalização dos trabalhadores ainda persistem. De acordo com a investigação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil mostrou-se que das 1020 fazendas visitadas no Brasil, apenas 120 delas cumprem as leis trabalhistas. (Folha de São Paulo, 26/3/2010).

Silva (1996) diz que, na década de 1980, a área da lavoura apresentou um crescimento muito mais lento em relação à década de 1970, estabilizando em 15% de áreas cultivadas. Mas, apesar do ritmo mais lento, a agricultura continuou crescendo, diferente de alguns países que também enfrentavam a crise econômica de 1980.

Naquele momento, no setor agrário, ocorreu uma redução dos incentivos agrícolas via crédito rural e uma modernização cada vez mais excludente, principalmente com a expansão das novas tecnologias nos países mais desenvolvidos, como a informática, a biotecnologia e a microeletrônica na agricultura. Desse modo, o processo de modernização passou a ser altamente concentrador e excludente, sendo que, muitos produtores e produtos não foram beneficiados pela modernização.

De acordo com Delgado (1985), a modernização na agricultura provocou intensa diferenciação entre as regiões e exclusão de grupos sociais. Ela não contribuiu para que se encurtasse a distância entre o grande e o pequeno produtor no Brasil, mas sim, serviu para aumentar a distância. Para Silva (1998), a agricultura brasileira se dividiu entre agricultura do rico e agricultura do pobre. E, assim, o uso de insumo e de equipamentos modernos, contribuiu para o agravamento do desemprego no campo, pois houve a transferência do trabalhador rural para a zona urbana, inchando as cidades e conseqüentemente a miséria maior dessas populações.

Para Novaes (2001, p. 239):

O aumento da taxa de exploração resultou na liberação de contingentes supérfluos e/ou no desrespeito á legislação trabalhista, acelerando um processo de segmentação da força de trabalho entre moradores que permaneceram nas propriedades (sem conseguir reproduzir as antigas condições de vida) e aqueles que foram viver nas “pontas de rua”.

Desse modo, com o processo de modernização nem todos os produtores conseguiram incorporar mecanismos para a produção. Muitos foram expulsos do campo e outros que não tiveram acesso aos novos mecanismos, instrumentos e técnicas, tendo que produzir com base na força de trabalho da família.

De certo modo, isso contribuiu para que a força de trabalho feminina, que sempre existiu no campo, mesmo sem identidade própria, fosse lembrada. E começou, então, a ser efetivamente chamada para subsidiar no processo de produção. Resta verificar o que mudou na vida dessas mulheres e quais as ações que tomaram para mudar o curso de sua História da vida cotidiana até então invisíveis perante o Estado e a sociedade.

3 A PRESENÇA DA MULHER NO MUNDO DO TRABALHO RURAL

Na medida em que as formações sócio-históricas se desenvolveram, as formas discriminatórias contra a mulher também se transformaram e tornaram-se mais sofisticadas. A condição de mulher, em todos os tempos, estimulou inúmeros pensadores que se dedicaram a pesquisar as origens de sua opressão e exploração, com o objetivo de traçar caminhos para a sua libertação.

Desde o início dos tempos, a humanidade trabalhou para sobreviver. No entanto, a função da mulher era a de manter a organização no convívio familiar. Enquanto o homem saía para trabalhar e garantir o sustento da família, ela executava “tarefas domésticas”. Nas sociedades primitivas, a divisão natural do trabalho se dava por idade e sexo, ficando as funções do homem mais direcionadas à caça e a pesca, enquanto a mulher ocupava-se das atividades domésticas.

Ao se estudar a temática feminina, observa-se que, nas sociedades pré-capitalistas, o espaço que a mulher alcançava era apenas o da esfera doméstica, reproduzindo a divisão social do trabalho com sua opressão de gênero. Somente a partir do século XIX, com a Revolução Industrial inglesa, é que se verificou a intensificação da inserção feminina, pois a maquinaria pode dispensar o uso de grande força muscular.

Nesta época, houve pronunciamentos a favor da emancipação da mulher. Friedrich Engels, Karl Marx e Ferdinand August Bebel contribuíram, a partir da análise das relações de produção do modo de produção capitalista, para o estudo da condição da mulher a partir das relações de exploração da sociedade de classes. Eles assimilaram a escravidão da mulher ao surgimento da propriedade privada dos meios de produção e isso condena a mulher a tornar-se economicamente dependente do marido ou do pai e a determinar sua opressão de classe como escrava, serva ou proletária.⁵

De acordo com Marx e Engels, o estudo da família se concebe com uma decorrência lógica do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, em cada etapa da sociedade humana. E cada tipo de sociedade corresponde a um determinado tipo de

⁵ Para Alambert (1986), de acordo com esses autores, somente a liquidação da propriedade privada e das classes abrirá a mulher o caminho de sua emancipação. E essa tese básica, sendo ela completa ou não, tem desempenhado destacado papel na luta libertadora da mulher. Por isso, a contribuição destes autores é muito importante para elucidar a questão feminina.

família, que se modifica na forma, nas relações internas, nas funções e objetivos, com as modificações que ocorrem nos modos de produção.⁶

Nas primeiras etapas da sociedade, os recursos produtivos pertenciam comunalmente a tribos ou clãs. A produção era somente para o consumo, ou seja, para suprir as necessidades de subsistência. Conforme, Engels, o grupo constituído por marido, mulher e filhos dependentes não era nem uma unidade produtiva de trabalhos caseiros, nem de donos de propriedades. A família era a unidade social e econômica básica, era comunitária, na medida em que o armazenamento de alimentos era mantido em comum, enquanto todo o trabalho era realizado para a família, ao invés de ser para indivíduos ou casais. As mulheres faziam o trabalho caseiro e dirigiam estes grupos “em famílias comunitárias primitivas, que abrangiam numerosos casais e seus filhos, sua administração que era confiada às mulheres, era tanto uma atividade pública necessária, quanto o fornecimento de alimentos feito pelos homens” (ENGELS, 1891, p.120 apud SACKS, 1979, p.185).

Para Engels (2002), a ausência de propriedade privada, tornava de igual valor social o trabalho produtivo dos homens e as atividades domésticas das mulheres. Tanto homens quanto mulheres foram envolvidos em diferentes estágios de produção da mesma espécie de gênero - a produção para a subsistência. Toda produção era da mesma espécie: produção de consumo. As pessoas trabalhavam para a família comunal ou clã, em lugar de trabalhar para indivíduos. Desde que o trabalho fosse de uso social e que todos os adultos fossem produtores sociais, todos eram membros iguais do grupo, isto é, não havia divisão do trabalho, apenas divisão de tarefas.

A base essencial para a transformação da mulher de membro igualitário da sociedade, para esposa subordinada, se estabelece no desenvolvimento de valiosos recursos produtivos, inicialmente na domesticação de animais de grande porte como propriedade privada. Sendo que a propriedade privada transformou as relações entre os homens e as mulheres no contexto familiar, pois as relações políticas e econômicas também mudaram na sociedade. Passou, então, a haver um excedente de bens disponíveis de troca entre as unidades produtivas.⁷

A propriedade privada fez de seu dono o administrador da família, enquanto as mulheres e outros dependentes, sem propriedades, colaboravam na manutenção e no

⁶ De certa maneira, Alambert (1986) faz uma crítica interessante em relação a isso. Ela diz que esses autores tiveram uma preocupação maior com a configuração socioeconômica da instituição familiar e, assim, a questão da família ficou empobrecida, legitimando a ideia de que a História é somente a história das instituições e relações materiais e não conjuntamente a história dos indivíduos e das relações materiais.

⁷ De acordo com Sacks (1979, p.188).

crescimento desta propriedade, cujo chefe estava agora engajado em uma produção competitiva com outros chefes de famílias.

Diante disso:

As famílias perpetuam-se através dos tempos pela herança de propriedades. Assim as mudanças foram importantes para a definição das crianças. De novos membros de um grupo social, eles formaram-se ou donos particulares, ou trabalhadores dependentes e subordinados. Isto significa que o trabalho reprodutivo feminino, como seu trabalho produtivo, também sofreu uma transformação do social para o particular. As pessoas e as propriedades ficaram interligadas e cada um tornou-se elemento de definição do outro (SACKS, 1979, p. 190).

Com o posterior acúmulo de riquezas e o desenvolvimento tecnológico, os donos de propriedade separaram-se de seus familiares subordinados e aliaram-se a outros proprietários, a fim de preservarem e manterem suas propriedades contra os que não tinham propriedade. Isto findou os grupos produtivos da base familiar e foi o começo da sociedade de classes.⁸

Nas sociedades de classes, a situação da mulher passou a ser bem diferente do que nas sociedades primitivas. Isto é, passou a ocorrer uma subordinação da mulher em relação ao homem e uma inferioridade social.

A sociedade tornou-se cada vez mais paternalista e, com isso, a mulher foi deixada num segundo plano em relação ao homem, ficando restrita essencialmente ao espaço doméstico, pois era uma forma segura de controlá-la. Uma vez que estivesse fora deste ambiente, seus impulsos seriam incontroláveis e nocivos a ordem social vigente.⁹

No capitalismo, a divisão sexual¹⁰ do trabalho também foi utilizada para incentivar a competição entre os trabalhadores, rebaixando os salários em decorrência do ingresso da força de trabalho feminina, incorporada a classe trabalhadora com salários ainda mais baixos. A classe trabalhadora, composta por mulheres, jovens, crianças e até por homens, foi reduzida a

⁸ Essas sociedades de classes, por sua vez, tenderam a socializar o trabalho masculino e domesticar o feminino. Isso criou bases materiais e de organização para negar que as mulheres fossem adultas e permitiu à classe dominante defini-las como tuteladas dos homens. A classe dominante selecionou os homens como trabalhadores sociais, em parte, porque se tornaram mais livres, mas provavelmente mais ainda, porque puderam ser mais intensivamente explorados do que as mulheres, pelo fato de não alimentar e criar os filhos.

⁹ Este tipo de mentalidade, a respeito da mulher, tornou-se constante no Mundo Ocidental, principalmente após o predomínio da ideias da Igreja Católica, que moldaram a imagem feminina através do arquétipo de Eva, a pecadora, seduzida pelo demônio e responsável pela expulsão do homem do paraíso. Como punição deveria ser submissa ao marido e parir na dor, enquanto o homem proveria o sustento através do trabalho.

¹⁰ Segundo Cattani (2002, p. 82), a divisão sexual do trabalho é a separação e distribuição das atividades de produção e reprodução social, de acordo com o sexo dos indivíduos. É uma das formas mais simples e recorrentes de divisão social do trabalho. Qualquer sociedade tem definida, com mais ou menos uma rigidez e exclusividade, esfera de atividades que comportam trabalhos e tarefas considerados apropriados para um ou outro sexo. De modo geral, a esfera feminina situa-se no mundo doméstico privado, da produção de valores de uso para o consumo do grupo familiar, da reprodução da espécie e do cuidado das crianças, dos velhos e dos incapazes, enquanto que as atividades de produção social e de direção da sociedade, desempenhadas no espaço público, são atribuições masculinas. Essa divisão do trabalho diferencia-se em decorrência da posição dos indivíduos na estrutura social e política da sociedade.

condição de força de trabalho vivo, isto é, matéria de exploração do capital, visando ampliação de seu ciclo reprodutivo e sua valorização.

Pode-se observar que a divisão sexual do trabalho se encontrava presente não apenas na relação de produção e reprodução, mas também na relação de gênero. Conforme Saffioti (1976, p. 41, apud Nogueira, 2004, p. 21):

A grande maioria dos homens, centrando sua visão sobre a mulher como sua concorrente real no mercado de trabalho, deixa de perceber a situação feminina, e a sua própria, como determinadas pela totalidade histórica na qual ambos estão inseridos. Deixando-se mistificar pelo prestígio que lhe é conferido se obtiver pelo seu trabalho remuneração suficiente para permitir-lhe manter a esposa afastada das funções produtivas, não percebe que a mulher não ativa economicamente pode significar uma ameaça ao seu emprego enquanto trabalhadora potencial e que o trabalho não pago que ela desenvolve no lar contribui para a manutenção da força de trabalho tanto masculina quanto feminina, diminuindo, para as empresas capitalistas, o ônus do salário mínimo de subsistência cujo capital deve pagar pelo emprego da força de trabalho. Em outros termos, sendo incapaz de analisar, a situação da mulher como determinada pela configuração histórico-social capitalista, não percorrendo a atuação das estruturas parciais mediadoras na totalidade, abstrai não apenas a mulher, mas também a si próprio da conjuntura alienante que o envolve. Para a visão globalizadora, libertar a mulher de sua alienação é, ao mesmo tempo, libertar o homem de seus fetiches.

Na atualidade, no que se refere à desigualdade de gênero, ela não afeta somente as mulheres. De acordo com estudos do Banco Mundial (2000) essa desigualdade afeta também o bem-estar social da sociedade como um todo. A desigualdade de gênero está presente em todos os países, desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos, apesar das particularidades e das diferentes formas que cada país trata da questão.

De acordo com Scott (1995, p. 86) o gênero é definido como:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre mudanças nas representações de poder, mas a mudança não é unidirecional.

As relações entre homens e mulheres, ao longo dos séculos, mantêm caráter excludente. A condição de inferior tem sido reproduzida pela maioria dos formadores de opinião e dos que ocupam as esferas de poder na sociedade.

Entretanto, no mundo rural, a vida da mulher “foi marcada e regradada” pela família e no ritmo do campo. Por muito tempo, pairou uma rígida divisão de papéis, tarefas e espaços. Para o homem, o trabalho da terra e as transações do mercado. Para a mulher, a casa, a criação de

animais, o galinheiro e a horta, cujos produtos, muitos eram vendidos na feira. De acordo com a idade e a posição da família, elas trabalhavam nas colheitas de todos os tipos.

As mulheres foram camponesas, ligadas aos trabalhos rurais; no período que precede a Segunda Guerra Mundial, era essa a condição da maioria das mulheres.

Perrot (2007, p. 110), ao referir-se a vida cotidiana da mulher camponesa, diz que:

A velha camponesa é uma mulher recurvada. Elas cuidavam do rebanho, das vacas, que vigiavam e ordenhavam, das cabras cujo leite servia para a fabricação artesanal de queijo, que também era serviço delas. Sem mulher, não há vaca, nem leite, nem galinha, nem frango, nem ovo. A camponesa é uma mulher ocupada, preocupada em vestir (ela fia) e em alimentar os seus (auto-subsistência e confecção das refeições) e, se possível, trazer para casa um suplemento monetário a partir do momento em que o campo se abriu para o mercado: mercado alimentar, mercado têxtil. Muito cedo ela fia para fora ou faz rendas (como nas regiões do Puy, de Alençon ou de Bayeux), que são buscadas nas aldeias por estafetas. O luxo na corte e na cidade, principalmente a partir do século XVII, aumentou a demanda com relação às mulheres, que assim entraram no circuito monetário.

No mundo rural, o pilar é o casal, porém é muito hierarquizado, pois entre os sexos, o homem é o senhor. A dona-de-casa reina sobre a família e os agregados.

Para Perrot (2007), apesar de por muito tempo parecer que a vida do campo era algo imóvel, ela mudou e a das mulheres também. Por influência do mercado e das comunicações, pela industrialização, pelo êxodo rural, pelas guerras (principalmente 1914 -1918), a qual esvaziou o campo de seus jovens e transferiu uma parte de suas tarefas e de seus poderes para as mulheres: elas aprenderam a lavrar a terra, gesto viril, e gerenciar seu negócio. Esses fatores acumulados modificaram o equilíbrio das famílias e as relações entre os sexos e mudaram a vida das mulheres.

No Brasil, em virtude do processo de modernização da agricultura nos anos 1950/60, iniciou-se a expulsão dos trabalhadores residentes nas fazendas para as cidades. Nesse momento começou a surgir no cenário, o mercado de trabalho no campo. Por exemplo, no estado de São Paulo, entre 1960 e 1980, dois milhões de pessoas já tinham deixado de viver na área rural.

De acordo com Silva (2004), o aparecimento do trabalhador individualizado provocou mudanças no interior da família. O homem, ao perder as funções anteriores relativas à gestão do trabalho, deixa de ser o pai-marido-patrão. Tornou-se paulatinamente, o provedor defeituoso da família, na medida em que a mulher e os filhos foram obrigados também a se assalariar para garantir as condições mínimas de sobrevivência.

Devido à modernização da agricultura e à adoção de novas tecnologias, o trabalho produtivo tornou-se mais complexo, obrigando o produtor a investir em novos conhecimentos,

a utilizar novas técnicas e a usar máquinas agrícolas, algumas delas bastante sofisticadas. Ao mesmo tempo, parte do trabalho que antigamente era feito à mão, hoje pode ser feito com auxílio de máquinas, o que em algumas situações, levou a diminuição do número de pessoas empregadas na agricultura.

Segundo Brito (2001), no mundo rural, as distinções entre homens e mulheres são particularmente significativas, sobretudo, levando-se em consideração que, no setor agrícola, as possibilidades de homogeneização no que diz respeito às formas de organização da produção são mais restritas que nos outros setores da sociedade. Vale lembrar que a particularidade de ser mulher vai favorecer, no caso do trabalho assalariado, sua inserção em atividades que geram empregos sazonais e informais, dada a intermitência da disponibilidade/indisponibilidade da mesma para a efetivação de outras atividades que não venham prejudicar a efetivação da prática dos papéis tradicionais.

Uma preocupação que se coloca é a questão cultural em que a mulher está envolvida. Segundo Lima (2005, p. 01):

(...) muitas vezes a mulher do campo não percebe o fator da não remuneração pela atividade por ela exercida como uma desigualdade de gênero, e ainda, muitas não se reconhecem enquanto parte integrante do processo produtivo, entretanto, para tal problemática, deve se considerar uma questão maior, isto é, a questão cultural, a qual está fortemente arraigada em muitas pessoas, aqui no caso, em muitas mulheres rurais, a noção do trabalho enquanto auxiliar mesmo, como sendo complemento de remuneração familiar, com interesse voltado para a prole. Mas, há que se evidenciar, sobretudo, que trabalho não é somente aquele exercido em troca de uma remuneração.

Para Saffioti (1997), a modernização da agricultura brasileira que, até o final dos anos 1980, acarretara alterações substantivas na realidade rural, visualizadas, particularmente, no pronunciado aumento da sazonalidade do emprego, veio trazer, também, dificuldades adicionais às trabalhadoras rurais no que diz respeito às possibilidades de construção de sua identidade profissional.

Entretanto, o processo acelerado de transformações que vinha ocorrendo nos anos 1980, com a integração da agricultura à dinâmica industrial, passou a uma fase de relativa estagnação, ocasionada pelas medidas de liberalização comercial e pelas condições especiais de estabilização monetária. Esses fatores contribuíram para uma queda na renda agrícola e na renda familiar, pois houve uma relativa estagnação do produto agrícola e uma redução do emprego produtivo no setor agrícola e nas atividades dos complexos agroindustriais.

A mulher inserida na agricultura trabalha tanto ou mais que o homem, tendo em conta que, quase sempre, deve dar conta das tarefas domésticas além de consagrar parcela de seu

tempo ao desempenho de importantes atividades produtivas. Além disso, ocorre a precarização do trabalho, pois 81,3%¹¹ dessas mulheres não recebem qualquer pagamento pelo trabalho que efetivam na agricultura e entre as que são remuneradas os níveis salariais encontram-se nos estratos mais baixos.

Para Brito (2001), o cenário de estagnação econômica, de desmantelamento das políticas agrícolas, redefine a trajetória dos trabalhadores rurais na unidade familiar de produção, no caso das mulheres. Em geral as mulheres sofreram as limitações na esfera pública (vida em sociedade) e na esfera privada (dentro de casa). Isto se deve ao fato de definições de papéis que foram socialmente construídos onde se excluía da mulher o poder de participação igualitária em todas as esferas da sociedade.

Com as perdas da renda familiar, a mulher muitas vezes se viu forçada a compensá-las por meio do engajamento em trabalhos mal remunerados. Muitas mulheres acabam se inserindo no mercado informal de trabalho que funciona como alternativa para o complemento da renda familiar. Outras atividades manuais (artesanatos, crochê, bordado, costura) e empregos domésticos têm sido a fonte de renda das famílias rurais, somadas às atividades agrícolas desenvolvidas pelos homens na unidade familiar de produção.

De acordo com Silva (2004, p. 565):

Enquanto trabalhadoras, essas mulheres suportam o duro fardo de um trabalho desvalorizado e ao mesmo tempo extremamente penoso; enquanto mulheres, recebem menores salários do que os homens, além de outras formas de dominação e de discriminação manifestas no espaço do trabalho e também da casa; enquanto negras ou mestiças, sofrem as consequências do preconceito racial. É justamente no entrecruzamento dessas três situações sociais que as experiências de submissão e resistência são gestadas.

Também, no trabalho das mulheres rurais, negam-se os seus direitos. Isto reflete na remuneração compatível com sua condição na produção, férias, repouso dominical, décimo terceiro salário, auxílio-doença, aposentadoria, etc. Além disso, muitas ainda são discriminadas por se inserirem em atividades ditas para homens. Desse modo, muitas trabalhadoras se veem forçadas a compensar as perdas da renda familiar por meio do engajamento em trabalho muitas vezes mal remunerado.

Conforme Brito (2001), a mulher trabalhadora rural passa a desenvolver, concomitantemente, o trabalho doméstico e o trabalho fora de casa. O papel de ajudante cooperadora faz com que ela exerça uma função dupla. O emprego passa a ser uma extensão do trabalho doméstico, pela absorção dessas múltiplas funções: cuidar da casa, dos filhos, do

¹¹ De acordo com Brito (2001).

marido, ajudar o marido, trabalhar fora e, com isso, percebe-se que seu trabalho é mais exaustivo que o trabalho exercido pelo homem.

A falta de identificação da mulher como produtora agrícola perpassa a unidade familiar e atinge instituições governamentais. Isso resulta não somente na desvalorização da sua capacidade produtiva, mas também ela fica de fora dos programas de desenvolvimento rural.

Segundo Melo (2002), os programas de desenvolvimento rural tem o público meta os produtores da agricultura familiar. No entanto, esses programas põem claramente em prática a divisão sexual do trabalho, pois não incluem a produtora agrícola familiar no rol dos beneficiados. Dessa forma, os planejadores, ao elaborarem os programas, se não impedem explicitamente a participação da mulher, também não pensam incluir o feminino, como fazem com os homens. É o que tem ocorrido em programas do tipo reforma agrária, Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, dentre outros.

A mulher do campo passou a se organizar a partir da década de 1970. De acordo com Toledo (2005), entre 1970 e 1980, ocorreram mais de 300 encontros e congressos de mulheres trabalhadoras da cidade e do campo, nos quais foram traçados programas de luta de todas as categorias prioritariamente femininas, bandeiras que até hoje integram a luta da mulher trabalhadora.

Mas, o Rio Grande do Sul, por exemplo, sediou no final dos anos 1970, uma das mobilizações de mulheres rurais mais importantes do Brasil. Para Brumer (2004), a emergência da mobilização inseriu-se em um contexto de lutas que incluíram a luta pela terra (a primeira manifestação depois do Golpe Civil-Militar de 1964 foi a ocupação da fazenda Anoni, em 1978, evoluindo para a formação do Movimento dos Trabalhadores sem Terra, na década de 1980 e para a luta contra a construção de barragens - no Paraná, no final de 1970, e depois no Rio Grande do Sul). Inicialmente, as mulheres lutaram por melhorias no atendimento médico e hospitalar aos pequenos produtores rurais e, depois, reivindicaram o benefício da Previdência Social, sendo que, deveriam ser reconhecidas como trabalhadoras rurais.

Então, na década de 1980, se percebe uma grande mobilização das mulheres rurais, com a realização de diversos encontros locais e regionais. O primeiro Congresso da Mulher Agricultora ocorreu em 1982, quando foi redigida a Cartilha da Mulher Trabalhadora.

A Constituição de 1988 possibilitou o acesso das mulheres rurais ao benefício da aposentadoria por idade, aos 55 anos, e a outros benefícios, tal como licença-maternidade remunerada. Com a condição de trabalhadoras rurais, elas passaram a contribuir a Previdência

social e passaram a ter seus nomes incluídos nas notas de venda dos produtos comercializados.

A luta pela reforma agrária mobilizou inúmeros trabalhadores rurais e as mulheres sempre estiveram presentes nessas lutas. O acesso das mulheres sempre foi restrito apesar das transformações das relações sociais que ocorrem no processo de luta pela terra.

Segundo Butto (2006), a partir dos anos 1980, as mulheres trabalhadoras rurais empreenderam lutas em todo o País para reivindicar um acesso igualitário a terra na reforma agrária. A demanda, desde então, foi à titulação conjunta da posse da terra. Como decorrência, a ampliação da receptividade desta reivindicação, entre os movimentos sociais de mulheres, contribuiu para a inclusão do artigo 189 da Constituição Federal.

De qualquer forma, apesar das mulheres constantemente avançarem em suas lutas e conquistas, persistiu a invisibilidade das mulheres no mundo do trabalho rural, pois se elevou o número de pessoas do sexo feminino caracterizado como trabalhadoras sem remuneração no meio rural, com baixa jornada de trabalho ou em atividades de auto consumo. E o trabalho feminino no campo é considerado na maioria das vezes, uma ajuda.

Conforme a tabela abaixo, observa-se dados da jornada de trabalho por faixa de horas semanais para os ocupados rurais por sexo.

Tabela 1 – Pessoal ocupado na agropecuária por jornada de trabalho segundo o sexo (%) – Brasil, 2004

Faixas de horas semanais trabalhadas	Homem		Mulher	
	% S/ total	% S/ total	% Na faixa	% Na faixa
1	0,14	0,75	29,08	70,92
Mais de 1 a 5	1,18	8,96	21,86	78,14
Mais de 5 a 10	2,96	17,27	26,73	73,27
Mais de 10 a 20	11,40	28,13	46,29	53,71
Mais de 20 a 30	12,81	18,91	59,04	40,96
Mais de 30 a 40	23,36	12,86	79,44	20,56
Mais de 40 a 44	7,62	2,79	85,33	14,67
Mais de 44 a 48	16,58	4,38	88,96	11,04
Mais de 48	23,93	5,94	89,56	10,44
Não identificado	0,02	0,03	66,44	33,56
Total	100,00	100,00	68,02	31,98

Fonte: Di Sabbato, 2006 apud PNAD/IBGE, 2004.

De acordo com Di Sabbato (2006) os dados acima explicitam a questão da invisibilidade do trabalho da mulher de forma inequívoca. Quase um terço das trabalhadoras

rurais tem jornada de trabalho de até 10 horas semanais (26,98%), contra 4,28% dos homens. Sendo que, as jornadas baixas expressam o entendimento que as mulheres rurais têm do que seja trabalho. É difícil distinguir o trabalho por ela realizado na horta e no quintal do seu cotidiano de dona de casa, o que leva a uma subestimação da jornada que dedica a atividade agropecuária.

Para ter acesso aos recursos econômicos, as mulheres enfrentam invisibilidade como cidadãs perante o Estado e a sociedade. O Estado não garantiu plenamente o direito à documentação civil e trabalhista, isto é,

Não ter documentos é não encontrar lugar nem amparo no contexto institucional, social e político. Mesmo sendo agricultoras, quando as mulheres não possuem documentos ou têm a documentação incompleta elas enfrentam dificuldades para ter acesso aos Programas da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar. Por exemplo, para se inscrever no programa de Reforma Agrária, a candidata tem que apresentar carteira de identidade ou carteira de trabalho e CPF. Quando as mulheres não dispõem do conjunto destes documentos elas não preenchem os requisitos legais para o cadastro das acampadas e portanto não se habilitam para a seleção das famílias para o Programa Nacional de Reforma Agrária (Butto, 2006, p. 88).

Tanto homens quanto mulheres no campo são mal remunerados. A renda baixa pode ser explicada pela alta concentração da propriedade da terra e pela intensa mecanização propiciada pelo agronegócio que expulsou os trabalhadores do campo.

A individualização do trabalho parece não ter provocado a igualdade nas relações entre homens e mulheres e, nem a inversão na estrutura de poder. A relativa independência econômica feminina não representou o término das desigualdades entre homens e mulheres, porque elas não se resumem a esfera econômica e material. Mas, estão presentes na cultura, nas ideias, nos símbolos, na linguagem, no imaginário, enfim, formam um conjunto de representações sociais que impregnam as relações.

4 MULHERES TRABALHADORAS RURAIS COMO SUJEITOS SOCIAIS E POLÍTICOS

Como já fora observado no capítulo anterior, antes dos anos de 1980, a mulher trabalhadora do campo não era reconhecida como trabalhadora rural, sendo despossuída de direitos, não era sindicalizada e era “pouco visível” nos movimentos sociais. Porém, o movimento social pode ser apontado como sendo um espaço para a mudança das relações de gênero e a busca de sua identidade como sujeito social e político.

Conforme a conjuntura econômico-social, os anos de 1980 foram considerados a “década perdida”. Mas, depois de duas décadas de Ditadura Civil-Militar, neste período foi possível uma institucionalidade democrática. Para Pochmann, “esse período foi palco de um expressivo crescimento da organização sindical e de um aumento no poder de influencia dos trabalhadores: a criação das centrais sindicais e a explosão do número de greves são indicadores disso” (POCHMANN et al, 1998 apud FAVARETO, 2006, p. 9).

Então,

(...) No terreno político-organizativo conseguiu-se construir bases sólidas, consolidando a CUT como central sindical de expressão nacional e enraizamento em todo o território nacional, cobrindo uma larga diversidade de situações produtivas, das modernas lavouras do centro-sul ao campesinato das zonas mais pobres do país. Porém, não se conseguiu romper com o modelo organizativo do sindicalismo corporativo. Em outras palavras, a CUT passou a ocupar um lugar de destaque no cenário político, seus sindicatos passaram a partilhar de uma mesma identidade, mas não se superou os limites do sindicato único, de base municipal, sem enraizamento no local de trabalho. No terreno das lutas sociais, o novo sindicalismo rural deixa os anos de 1980 ainda com as glórias de ter-se constituído num movimento de confrontação ao Estado ditatorial e ao latifúndio, gozando por isso, de forte reconhecimento social. Entretanto, era do passado a bandeira da luta pela democratização, e progressivamente perdia a força. Pior que isso, a transição do regime ditatorial para a abertura chegava ao fim com um desfecho conservador. (...) No caso do novo sindicalismo rural, essa leitura da situação por que passava o mundo do trabalho e o espaço rural brasileiro deram origem a um processo de reflexão que acabou por levar a uma tentativa de atualização do projeto político-sindical da CUT para esse novo quadro de referências. (FAVARETO, 2006, p.12)

Desse modo, a CUT Rural, criada nos anos de 1990, procurou se redefinir quanto ao seu projeto político. O novo sindicalismo deixou de lado as antigas bandeiras de luta (reforma agrária e direitos trabalhistas) e assumiu um projeto alternativo de desenvolvimento rural que se baseava no fortalecimento da agricultura familiar, no qual as resoluções passaram a

ênfatizar cada vez mais a especificidade da agricultura familiar (produtores autônomos, desenvolvimento rural).

Entretanto, observa-se uma crescente organização feminina no interior dos movimentos sociais rurais. De acordo com Mota (2006), os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais se situam no território do sindicalismo rural, no qual estampam sua presença de diferentes maneiras, pelas quais pode se acessar os pontos de inclusão das mulheres nesse espaço social. As lutas das mulheres ainda são vistas como sendo coisas de mulher e não do conjunto do movimento sindical, mas aos poucos aparecem situações em que o movimento como um todo as assume, como ocorreu com a Marcha das Margaridas¹² e a Mobilização Nacional ocorrida em 8 de março.

Mas as reivindicações femininas encontraram eco no mundo rural devido à situação socioeconômica a partir da modernização da agricultura. A estrutura agrícola se transformou, expulsou um grande número de pequenos agricultores e alteraram a organização interna dos pequenos estabelecimentos, ocorrendo a perda da autoridade masculina.

Conforme Tambara (1983) a modernização de algumas propriedades, junto a eliminação de outros estabelecimentos e a introdução de novos atores rurais, tornou a modernização altamente excludente. O processo de modernização levou a um êxodo rural acentuado a partir de 1950, tendo seu auge no início da década de 1970, diminuindo entre 1974 e 1981, pela falta de crescimento do setor industrial nos centros urbanos. No entanto, a partir dos anos 1970, a migração rural-urbana, sobretudo decorrente de fatores de expulsão do campo, não parou mais. Em 1980, quase 70% da população do estado do RGS era urbana, contra um pouco mais de 30% rural. A migração era seletiva e atingia os pequenos agricultores e, entre eles, as mulheres jovens. Os destinos preferidos eram Porto Alegre e outros grandes centros urbanos próximos como Canoas e Caxias do Sul, as cidades com concentração de indústrias.

Dessa maneira, o adentrar na década de 1990 fortaleceu um quadro negativo para a agricultura em geral e familiar. Nesta década, no governo de Collor (1990-1993), houve queda nos recursos públicos para a agricultura, incluindo infra-estrutura, pesquisa

¹² A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das trabalhadoras rurais que acontece desde 2000, visando garantir e ampliar as conquistas das mulheres do campo. É um processo amplo de mobilização em todos os estados do país, promovido pelo Movimento Sindical das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais: Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAG), Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) e Central Única dos Trabalhadores (CUT) em parceria com Movimentos de Mulheres e Movimentos Feministas. O Movimento recebeu este nome em homenagem à ex-líder sindical paraibana Margarida Maria Alves, assassinada em agosto de 1983, na porta de sua casa, a mando dos latifundiários. Margarida foi Presidente do STR de Alagoa Grande se destacando por lutar em defesa da garantia dos direitos dos trabalhadores/as rurais assalariados/as.

agropecuária, assistência técnica entre outras. Sendo que, junto a isso se acelerava o processo de mundialização do capital através da abertura comercial das fronteiras, permitindo a entrada de muitos produtos com preço mais acessível que os nacionais. Desse modo:

Conforme sua integração no mercado, os agricultores tentam dividir a produção entre mercado e produção para o consumo doméstico, ainda fazendo uso unicamente da mão-de-obra familiar. A maioria dos agricultores depende de créditos bancários para poder plantar e fica sem reservas quando toda ou parte da colheita falha, situação que fez com que a expressão “pendurado no banco” se tornasse bastante comum. Os agricultores também recorrem ao trabalho assalariado parcial para completar a renda familiar. Portanto, a relativa autonomia do agricultor ficou seriamente comprometida pela presença de outros atores fora da propriedade, tais como as agroindústrias, as cooperativas empresariais e os bancos, que determinam as decisões dos agricultores com relação à organização da produção (SCHAAF, 2001, p. 90).

Outro fator importante no campo, na década de 1990, foi o aumento de casais agricultores envelhecidos, sem herdeiros e dependentes da previdência social. De acordo com Delgado (1997), os aposentados rurais passaram de 2,4 milhões, em 1991, para 4,3 milhões, em 1995, representando incremento de 55,8%. Em 1998, chegaram a mais de 12 milhões, somando 33% do total dos beneficiários.

As razões do aumento da demanda previdenciária se deram devido ao novo estatuto de seguridade social rural, incluso na Constituição de 1988. Durante a Ditadura Civil-Militar (1964 -1985), passou-se a ampliar os direitos previdenciários, através da Criação do Funrural, o qual já foi extinto. Mas, em 1988, se concedeu direito previdenciário às mulheres rurais, consistindo na aposentadoria, no salário-maternidade e no auxílio doença, que entraram em vigor na década de 1990.

No entanto, os trabalhadores rurais tiveram os direitos previdenciários mais tardiamente do que os trabalhadores urbanos. No caso das mulheres:

Desde o início da década de 90, todas as agricultoras que completam 55 anos têm o direito de receber a aposentadoria, desde que comprovem sua atividade como trabalhadoras rurais, e mulheres que dão à luz podem pedir salário-maternidade na forma de um salário mínimo (em 1999, R\$ 120). Em caso de acidente ou doença, as mulheres rurais também possuem o direito de compensação na forma de um salário mínimo. Importantes diferenças com a aposentadoria urbana feminina são a idade (55 anos para as trabalhadoras rurais e 60 anos para as trabalhadoras urbanas) e a falta de restrição do tempo de contribuição (exigido apenas para as trabalhadoras urbanas). No entanto gradualmente o acesso à aposentadoria está sendo dificultado em vista dos entraves que o INSS vem colocando para controlar o enorme crescimento dos beneficiários da seguridade rural sem a contrapartida de ingressos correspondentes (SCHAAF, 2001, p. 96).

É inegável que a modernização mudou profundamente as relações sociais e econômicas do mundo rural. O governo federal teve grande influência pelo apoio dado aos

empresários rurais e o abandono ao setor da agricultura familiar. A maior parte desse setor saiu do campo, restando uma população envelhecida e com casais dependentes da previdência social. Entretanto, se fez tentativas de recuperação econômica com alternativas ecológicas que exigem baixo nível de investimento e isso se deve ao movimento das mulheres.¹³

Ainda se reduzem as possibilidades para que as mulheres possam gerar renda monetária, de gerenciar a produção, decidir onde investir e apropriar-se de conhecimentos para produzir e comercializar. No Brasil, o homem sempre foi o principal responsável pelo trabalho na lavoura, pelo cuidado dos animais destinados à comercialização e pela venda da produção. Ele representava a unidade familiar no espaço público e sua autoridade objetivava proteger e manter seus membros.

Para SCHAAF (2001) a forte autoridade masculina era justificada por viabilizar a coletividade, a unidade familiar, através do controle e neutralização das tensões nas relações intrafamiliares. Sendo que, esse sistema permitia que as desigualdades fossem vistas de forma natural e não como parte de um sistema social e cultural.

Desse modo, restava a mulher o espaço do lar no qual exercia sua função central e seu principal local de trabalho. Também era valorizada pela força física em relação a várias atividades produtivas na lavoura, na qual ela “ajudava” o homem todo o dia, num mesmo patamar. Além disso, tinha de cuidar da casa, preparar comida de manhã e a noite e, cuidar dos filhos.

As mulheres eram consideradas como mães e esposas guardiã da moral, isto é, da conduta. A criação dos filhos deveria ser para torná-los bons agricultores e adultos sociáveis. Sendo que a formação dos mesmos era diferenciada, a mulher sempre devia ser subordinada ao homem.

Também, as mulheres eram consideradas mais fracas, sendo que a educação não seria um bom investimento, bastava saber ler e escrever. A educação não era considerada no meio rural devido aos pais necessitarem de todos integrantes da família como mão-de-obra; também havia a questão da distância e do transporte. Alguns mantinham os filhos em internatos de religiosos.

No que se refere ao casamento entre os pequenos agricultores, geralmente se dava entre pessoas de mesma religião e etnia, era uma forma de preservar e ampliar o patrimônio e a unidade na família.

¹³ Segundo Schaaf (2001) através das redes de contato ligadas ao movimento, as agricultoras também encontram novas alternativas, como as farmácias e os produtos ecológicos, que se tornaram essenciais na permanência do agricultor no campo.

Entretanto, esse sistema de valores baseado na ideologia patriarcal sofreu alterações com o processo de modernização. As relações familiares foram perdendo seu significado para dar espaço a interesses individuais. Substituiu-se a família extensa pela família nuclear.

Para Schaaf (2001), com a chegada da eletricidade, na década de 1970, o nível de vida se tornou mais elevado devido ao uso dos eletrodomésticos, como a geladeira, a máquina de lavar e o *freezer*. Sem contar que o rádio e a televisão foram importantes para as mulheres no sentido de proporcionar as imagens concretas de outro mundo, no qual as mulheres desempenham outras funções, opinam, falam o que na sua juventude não pertencia a mulher rural. Em certo sentido, isso foi um incentivo para que as mulheres rurais sentissem a necessidade de promoverem outros espaços.

Segundo essa autora, no que se refere à divisão do trabalho, no RS, onde fez sua pesquisa, a esfera doméstica continuou sendo a única responsabilidade da mulher, envolvida nas atividades de lavar roupa, cozinhar, fazer pão e cuidar das crianças. Também ela conserta roupas ou costura, faz queijos, geleias e ajuda nas matanças, por exemplo, de porcos, faz salames e limpeza em geral. A ordenha também quase sempre é delegada a mulher. Ela determina as compras de casa, mas geralmente quem as faz é o marido que aproveita viagem para ir ao banco, sindicato, cooperativa ou negócios. Também cuidar das crianças e preparar a comida exige horários fixos. Desse modo, a mulher continuou numa posição subordinada.

Um fator de mudança no mundo rural é a valorização da educação que começou a ser vista como um pré-requisito para encontrar um trabalho. O salário passou a ser fator decisivo na individualização da força de trabalho. Os filhos não se motivam mais a permanecer na agricultura devido à baixa renda. No RS, leva-se em conta a condição pesada do trabalho agrícola não mecanizado que desmotiva os jovens ao trabalho nesse setor, principalmente as mulheres que participam mais do mercado de trabalho externo. Sendo que, as mulheres são mais motivadas a ir estudar e trabalhar fora. Isso muitas vezes é realizado pelas próprias mães que querem uma melhor qualidade de vida. Para Butto,

Não por um acaso o êxodo rural é uma problemática que inclui predominantemente as mulheres. Esse caráter seletivo das migrações está ligado a dinâmicas intrafamiliares em que as mulheres têm uma carga de trabalho pesada em relação subordinada no interior das unidades de produção familiar, sem qualquer contrapartida ou perspectivas que lhes indiquem que sua permanência no campo possa ser valorizada e uma maior autonomia conquistada (2006, p. 101).

No entanto, apesar da unidade familiar ter se remodelado à nova realidade, adotando novas estratégias de sobrevivência, como no exemplo da existência da agricultura em tempo parcial na qual alguns membros da família desempenham atividades extra-agrícolas, o caráter

familiar do estabelecimento ainda persiste. Sendo que a mulher possui uma contribuição ativa para a manutenção da propriedade.

De acordo com Melo (2002) o modelo de agricultura familiar representa cerca de 80% dos estabelecimentos rurais brasileiros. Embora as estatísticas oficiais não utilizem a classificação de agricultura familiar, a partir das características atribuídas a essa agricultura, pode-se afirmar que nas unidades produtivas de até 100 hectares, há uma predominância de agricultores familiares. Este modo de produção tem a família como base social.

No entanto, o trabalho familiar na agricultura capitalista não se define pela família, mas se subordina ao capital, na visão de Loureiro (1987, p. 99):

Qual o caráter deste trabalho? Na realidade o chamado trabalho familiar, tal como captado na unidade empírica de análise, não é trabalho definido pela família, como a denominação faz crer, mesmo o dos membros das famílias de produtores camponeses ou parceiros, mas ao contrário, é trabalho acionado pelo capital, vale dizer pela produção capitalista de mercadorias. Em outras palavras, não são as demandas internas de consumo de um determinado grupo definido como família, ligado ideologicamente por laços de sangue (pais e filhos) e de aliança (marido e mulher) que orientam o processo de produção, em termos, por exemplo, do que produzir, em que quantidades fazê-lo, que ritmo imprimir ao processo de trabalho – tal como ocorria em unidades domésticas de economias fechadas ou semi-fechadas. Ao contrário, aqui o trabalho dito familiar raramente se pratica nos estritos limites dos membros ativos da família, mas pode ocorrer que reúna apenas parte deles (e envie outros para trabalhos assalariados fora), ou então que reúna, junto com os membros ativos da família, trabalhadores assalariados de fora. Ou ainda, que uma várias famílias conjugais em torno de uma mesma unidade produtiva. Portanto, a definição por uma destas alternativas não é dada pela família, mas por determinantes que estão fora dela, isto é, no movimento de produção de mercadorias que visa a valorização do capital (...).

Desse modo, com o descaso do governo federal e o processo de mundialização do capital, a organização interna da propriedade agrícola familiar se alterou.

Segundo Panzutti (1997), no âmbito das relações familiares, no interior da unidade de produção, a ação modernizadora não destrói necessariamente a família. Ao contrário, pode promover novas condições para que ela se realize de outras formas, mesmo que de maneira desfavorável para um ou outro membro. Há uma redefinição de papéis.

O trabalho das mulheres se volta para o autoconsumo e apenas um percentual limitado de mulheres obtém renda monetária o que é decorrente da fusão entre trabalho reprodutivo e produtivo.

De acordo com Pinto (1992), é através da sua inserção nos movimentos sociais que a mulher deixa de atuar apenas nos limites do privado, provocando novas relações no interior da família, passando a articular, no âmbito do movimento, lutas diferenciadas em relação aos homens, passando a questionar a própria condição de mulher.

No caso do RS, a mobilização no campo realizada pelos pequenos agricultores teve destaque em dois períodos: antes da Ditadura Civil-Militar (1950 a 1964) e durante a “abertura política” (1970 a meados de 1980). No primeiro período, teve a fundação e atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MATER), o qual desempenhou um papel relevante e teve sua contrapartida na tradicional Frente Agrária Gaúcha (FAG), formando posteriormente a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG). No segundo período, surgiu o movimento autônomo, o Movimento Sem Terra (MST), e a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), ambos surgiram com a atuação da Igreja Progressista, representada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS) surgiu no processo de formação do movimento sindical e teve certa influência da CRAB e do MST. Sendo que, a atuação das religiosas (freiras) e da Igreja, em geral, e a formação das lideranças nas CEBs e nos cursos pastorais, foram importantes.¹⁴

As mobilizações no campo ocorreram em fins de 1970 e durante a década de 1980, sendo que, muitas articuladas direta ou indiretamente com as ações urbanas. Assim, enquanto as feministas não tiveram muita influência no campo, parcela significativa da Igreja, através da orientação da Teologia da Libertação, desempenhou um papel central na organização das mulheres rurais.

(...) Assim, através dos grupos religiosos nas comunidades, um contingente crescente de mulheres foi inserido na ação social. Organizados pelas religiosas, neles as mulheres procuravam criar um espaço feminino dentro do sindicato, de cunho combativo, para canalizar as reivindicações dos direitos próprios das trabalhadoras rurais e eliminar a discriminação profissional. Porém, quando elas não encontraram ouvidos para seu desejo, construíram um canal próprio na forma do movimento feminino, através do qual elas mesmas podiam conduzir suas demandas (SCHAAF, 2001, p. 33).

Ao longo do crescimento da participação de mulheres no movimento sindicalista rural, a década de 1980 foi caracterizada pelo crescimento, em muitos estados, do movimento autônomo de mulheres rurais, o MMTR. Os MMTRs estaduais surgiram no final da década de 1980, no Sul e no Nordeste, quase ao mesmo tempo. Por exemplo, os encontros de fundação das associações autônomas de mulheres trabalhadoras rurais ocorreram nos seguintes anos: 1984, em Santa Catarina; 1985, no Paraná; 1986, na Paraíba; 1987, em Pernambuco e no Espírito Santo e; em 1989, no Rio Grande do Sul. Esses encontros eram geralmente antecipados por encontros em níveis municipal e regional em um dado estado, sendo que,

¹⁴ Informações obtidas através de Schaaf, 2001.

algumas vezes, eles aconteciam por mais de alguns anos, começando no início da década de 1980.

Segundo Deere (2004), os MMTRs estaduais eram frequentemente formados por mulheres membros dos sindicatos filiados à CONTAG ou à CUT e que sentiram necessidade de criar seu próprio espaço para lidar com questões de gênero e com os interesses das mulheres. Embora algumas mulheres tenham chegado a posições de liderança dentro dos sindicatos rurais e em outros movimentos, como o MST, elas frequentemente se frustravam quando suas reivindicações específicas de gênero eram consideradas irrelevantes ou menos importantes do que as reivindicações de classe e econômicas que motivavam essas organizações.

O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS) surgiu depois da abertura política e teve por objetivo alcançar a cidadania das trabalhadoras rurais, através da obtenção de direitos e reconhecimento da profissão. A organização feminina se construiu a partir do Movimento as Mulheres da Roça (1986) e com a criação do MMTR-RS (1989).

O Movimento das Mulheres da Roça (1986) era um grupo de mulheres no alto Uruguai, no Alto da Serra e no Planalto que através dos contatos entre as regiões se articularam. Esses contatos ocorriam através de encontros gerais da Comissão Pastoral de Terra, organizados para discutir os assuntos de interesse das regiões. O movimento inicialmente tinha um caráter religioso. A estratégia das religiosas era reunir as mulheres, juntando atividades práticas com as reflexões bíblicas e políticas, pois era difícil reunir as mulheres somente para discutir sua condição de mulher num ambiente tradicional. De acordo com Schaaf (2001, p. 225)

As mobilizações das Mulheres da Roça para reivindicar o reconhecimento da profissão e os benefícios sociais na forma de aposentadoria e de salário-maternidade iniciaram-se em 1986. A maioria dos encontros regionais e municipais antecederam as mobilizações feitas em Brasília no ano seguinte, para o reconhecimento da profissão e obtenção de benefícios sociais. Um acontecimento notável foi a caravana para Brasília em 1987, que reuniu cerca de doze mil mulheres rurais. Foi um período de muitos debates, abaixo-assinados e mobilizações pelos direitos das trabalhadoras rurais na Constituição de 1988 (...).

Na fundação do MMTR foi criada uma estrutura que procurou abranger um amplo público de agricultoras e que permitiu a todas o poder de decisão sobre os principais assuntos do movimento. A estrutura, em diferentes níveis, deveria canalizar as reivindicações e ideias

das mulheres nas comunidades e municípios, as “mulheres da base”¹⁵, para a direção do movimento e vice-versa. Sendo que, o grupo de mulheres na Executiva Estadual deveria consistir em lideranças capazes de representar o movimento frente a agentes exteriores e ao governo, devendo ter como membros agricultoras que conhecessem profundamente a realidade do campo.

Quanto ao contato com outras entidades, o MMTR-RS distingue contatos estratégicos dos contatos táticos. Através dos contatos estratégicos, compartilha uma base ideológica e mantém uma cooperação contínua no que se refere à organização de manifestações e eventos com outras entidades. Desse modo, o MMTR-RS se encarrega de organizar o dia 08 de março, apoiado pelas entidades. Tem contatos estratégicos com o MST, PJ (Pastoral da Juventude), a CUT e o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), entidades essas que compartilham uma reivindicação dirigida ao governo por uma melhor qualidade de vida para a agricultura familiar. Já os contatos táticos são as prefeituras, secretarias, a EMATER, o Clube de Mães, as cooperativas e os sindicatos da FETAG. Além disso, há uma simpatia pelo PT.¹⁶

As ações femininas iniciaram com a ligação ao sindicato e a Igreja. Na Constituinte de 1988, as Mulheres da Roça se aliaram aos sindicatos de trabalhadores rurais liderados pelo Movimento Sindical. Sendo que, os departamentos de mulheres dentro da CUT (1983) foram um porta-voz relevante das mulheres trabalhadoras rurais na Constituinte, pois se garantiu benefícios sociais, isto é, passaram a ter direito de ser titulares de terra ou como beneficiárias da reforma agrária.

Segundo Schaaf (2001), a vinculação do MMTR-RS aos outros movimentos sociais implica limitações em sua autonomia, mas ao mesmo tempo, maiores ganhos políticos através da inclusão das reivindicações das mulheres em outros movimentos sociais e de sua maior visibilidade no conjunto da sociedade. As alianças com os movimentos sociais do campo representam seu fortalecimento o que possibilita resultado materiais na forma de políticas públicas voltadas a população do campo e às mulheres em particular.

¹⁵ Segundo Schaaf (2001), todas as participantes do movimento nos grupos de base são mulheres agricultoras que moram e trabalham numa roça, um pequeno estabelecimento agrícola de até 20ha. Algumas têm a propriedade do estabelecimento, outras o arrendam e outras são assentadas ou mulheres sem-terra. Isso significa que o perfil socioeconômico sugerido no nome do movimento, Mulheres Trabalhadoras Rurais, corresponde à profissão de agricultora e não a situação de assalariada. A categoria legal dos trabalhadores rurais foi criada com o Estatuto da Terra, em 1963. Para as lideranças, o nome significa o *status* profissional, sendo agricultoras incluídas na categoria de trabalhadores rurais. O nome, então, simboliza reconhecimento profissional, considerado uma vitória do movimento.

¹⁶ Conforme Schaaf, 2001.

Por exemplo, em 1991, o MMTR passou a se articular com movimentos de mulheres rurais de outros estados do Sul do País, formando-se a Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AIMTR). Esse nome é diferente porque nem todas as entidades que se articularam eram movimentos autônomos, por exemplo, comissão de mulheres da CUT Rural do Paraná. Em 1996, foi fundado o movimento em nível nacional, chamando-se Articulação Nacional do Movimento das Trabalhadoras Rurais (ANMTR).

Na década de 1990, houve realizações de lutas específicas dirigidas pelas mulheres, isto é:

Na década de 1990 as mulheres sem terra vinculam-se a ANMTR (movimento de mulheres com atuação forte na região sul do Brasil) para a luta pela garantia dos direitos previdenciários, como o salário maternidade e a aposentadoria com 55 anos para as mulheres. Participam dos Encontros Nacionais de Mulheres Trabalhadoras Rurais, da Campanha “Nenhuma Mulher Trabalhadora Rural sem Documento”, engajam-se no Projeto Consulta Popular, participam da Marcha Popular pelo Brasil em 1999 e assumem a compreensão da necessidade de incluir a luta contra o neoliberalismo nas suas lutas específicas (ESMERALDO, s.d., p. 14).

Há autores que se referem aos movimentos de mulheres como diferenciados, isto é, eles não se organizam da mesma maneira e nem possuem os mesmos objetivos. Eles se baseiam em formas particulares de organização e objetivos, isto é, possuem diferentes formas de organização e interesses.

Movimentos de mulheres podem ser definidos como aqueles movimentos sociopolíticos, compostos primariamente, mas não necessariamente de forma exclusiva, de participantes femininos, que reclamam sistemas culturais e políticos com base nos de gênero, historicamente adquiridos. Movimentos de mulheres constituem tentativas intencionais de empurrar, redefinir ou reconstituir o limite entre o público e o privado, o político e o pessoal, o “natural” e o “artificial”, uma fronteira instituída pelo Estado moderno (...) Movimentos de mulheres podem ser vistos como proativos ou reativos. Isto é, as mulheres se organizam para desafiar ou proteger seus papéis atribuídos socialmente (ALVAREZ, 1990, p. 23, apud SCHAAF (2001, p.48)

Entretanto, a autora acima, acredita que os movimentos formam espaços de representação na vida cotidiana nos quais as tensões são evidentes. As mulheres se tornam atores públicos, capazes de interpretar as desigualdades sociais, de reclamar pelas injustiças e de entrar em um diálogo público. Desse modo, as mulheres reelaboram as condições de sua existência no que se refere à tradição e necessidades; rompem hierarquias simbólicas que as mantiveram numa posição subordinada de exclusão e discriminação. Passa, então, a ocorrer uma disputa sobre diferentes significados de modernidade, cidadania e democracia. Os movimentos formam espaço no quais as mulheres vão criando uma cultura política diferenciada; nela, passam a empregar uma ideologia antiautoritária e valorizam a

participação e a igualdade. Recusam, dessa forma, o clientelismo, a cooptação o corporativismo e objetivam uma igualdade política em que cada grupo tenha vez e voto e sua identidade sociocultural respeitada.

No entanto, as mulheres trabalhadoras rurais tentam redefinir a cidadania através de papéis tradicionais. Elas buscam-se emancipar a fim de garantir a sobrevivência de sua família no campo. Tanto a maternidade como o cuidar do outro são centrais na inserção política dessas mulheres. Elas se sentem satisfeitas quando desempenham papéis de mãe militante dentro dos movimentos.

É evidente que há um longo caminho para as mulheres trabalhadoras rurais, alcançarem seu espaço e uma equidade de gênero. Entretanto, não se pode negar que as suas lutas dentro dos movimentos vêm tomando dimensões maiores. Através dessas lutas, a mulheres conseguiram ser ouvidas e passou-se a pensar em ações afirmativas¹⁷ para minimizar as desigualdades pelo qual passam no mundo rural.

Segundo Butto (2006) no que se refere a luta pela reforma agrária, é uma luta que já mobilizou inúmeras trabalhadoras, porém o acesso das mulheres a terra sempre fora restrito. A partir dos anos 1980, as trabalhadoras rurais empreenderam lutas em todo o País para reivindicar um acesso igualitário a terra na reforma agrária. Foi incluída no artigo 189, da Constituição Federal, a titulação conjunta da terra, sendo que até 2003, a implementação foi bem precária. Mas, o Censo da Reforma Agrária, em 1996, indicou uma presença das mulheres como titulares de terra equivalente a 12%, índice muito baixo se comparado a outros países da América Latina.

Frisamos que as trabalhadoras rurais por muito tempo pareceram invisíveis aos olhares do Estado e da sociedade, pois nem direito a documentação civil e trabalhista lhe foram garantidos. Sendo que, não possuir documentos significa estar desamparada no contexto institucional, social e político.

Então,

Em meados da década de 1990, as trabalhadoras rurais politizam a questão e denunciam que historicamente o estado e a sociedade brasileira fecharam os olhos para quem vivia uma situação social e econômica desfavorável. (...) Em âmbito nacional o debate sobre a documentação das trabalhadoras rurais alcançou notoriedade, quando, em 1997, a Articulação Nacional de Trabalhadoras Rurais - ANMTR lançou a Campanha Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural com o lema Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos. As trabalhadoras rurais passaram a sensibilizar o movimento sindical rural, ONGs, igrejas, governos (federal, estadual e municipal) em torno da campanha (BUTTO, 2006, p. 90).

¹⁷ Ações afirmativas que visam reafirmar as mulheres como sujeitos sociais e políticos como, por exemplo, Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, Programa de Fortalecimento das Redes de Órgãos Colegiados de Desenvolvimento Rural Sustentável, Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, Inclusão das mulheres na Reforma Agrária, dentre outros.

No entanto, em 2003, foi criado o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural que passou a atender mulheres acampadas, assentadas, agricultoras familiares, quilombolas e indígenas, sendo que, sua origem é de 1997. Também essa ação integrou o II Plano Nacional de Reforma Agrária, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e as estratégias de desenvolvimento rural e de inclusão social do Governo Federal.

Dessa forma, tornaram-se visíveis perante o Estado, através de seus movimentos reivindicatórios, na luta pela documentação civil. Pode-se dizer que a constituição das trabalhadoras rurais como sujeitos sociais e políticos passou a tomar forma perante o Estado e a sociedade nos anos de 1980, ao questionarem sobre a estrutura hierarquizada do movimento sindical e conquistar o direito de sindicalizar-se, além dos benefícios sociais da previdência, ao serem reconhecidas como trabalhadoras rurais.

De acordo com Silva (2010), o Estado reconheceu as mulheres como sujeitos sociais, agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, acampadas, pescadoras artesanais, ribeirinhas, quilombolas, indígenas e as agroextrativas. São trabalhadoras rurais portadoras de diferenças, de práticas sociais, culturais e sexuais diversas, são portadoras de conflitos, construtoras de alianças com seus pares, cujas práticas sociais são marcadas por mudanças e permanências.

Tendo em vista as crescentes lutas dos trabalhadores rurais o governo federal passou a desenvolver programas para a promoção da igualdade entre homens e mulheres nos assentamentos da reforma agrária. Ações que servem para ampliar acesso a terra, ao crédito, a documentação civil e a equipamentos sociais, além de técnicos qualificados para atuar na área. E como parte das ações, foi implantada a titularidade conjunta e obrigatória da terra, uma das reivindicações dos movimentos sociais. Na Constituição de 1988, apesar de previsto, não havia instrumento legal que tornasse obrigatória, então, com a Portaria nº 981/2003 do INCRA, a titulação conjunta da terra para lotes de assentamentos constituídos por um casal passou a ser obrigatória. Isso se tornou uma garantia e uma conquista para a mulher, pois a permite usufruir de todos os benefícios econômicos e sociais e permitindo sua permanência no campo.

A fim de divulgar políticas públicas para as mulheres e possibilitar que tenham maior acesso a reforma agrária e a agricultura familiar, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (2001), firmou convênio com a Sempre Viva Organização Feminista (SOF), estabelecendo ações realizadas

em parceria com as Delegacia Federais do Ministério do Desenvolvimento Agrário e com as Superintendências Regionais do INCRA.

No que se refere à comercialização, o Ministério do Desenvolvimento Agrário promove a Feira Nacional da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária. No mesmo sentido, com objetivo de apoiar a organização produtiva e melhorar o acesso das mulheres as políticas de apoio à produção (crédito, assistência técnica, comercialização, infra-estrutura produtiva etc.), foi construído o projeto de Apoio aos grupos produtivos de Mulheres Rurais, dentre outros.

Sinteticamente falando, as mulheres lutaram sempre e cotidianamente no espaço privado e depois no público através dos movimentos. Nos anos 80, reivindicavam direitos iguais a terra na reforma agrária, acesso aos direitos sociais como a previdência social, reconhecimento como agricultoras, participação sindical e inclusão em blocos de produtoras rurais. Hoje, querem maior inserção nas atividades produtivas, acesso a créditos, políticas de comercialização e assistência técnica especializada dentre outras.

As ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. No caso desses movimentos sociais, Gohn (2004, p.338) se refere que, como numa teia de aranha, eles tecem redes que se quebram facilmente, dada sua fragilidade. Como as ondas do mar que vão e voltam, eles constroem ciclos na História, ora saindo do cenário e permanecendo nas sombras e penumbras, como névoa esvoaçante. Mas, sempre estão presentes.

Portanto, as mulheres trabalhadoras rurais como sujeitos sociais e políticos que sempre foram, vão continuamente transformando suas vidas e saindo da invisibilidade. Através de suas reivindicações, tentam transformar o campo brasileiro questionando seus papéis diante de uma estrutura ainda hierarquizada. Assim, as mulheres continuam a se fazer, pois essa luta é inconclusa.

5 CONCLUSÃO

O processo de modernização no mundo rural contribuiu para o aumento da produtividade, no geral favorecendo grandes proprietários e alguns segmentos da produção. Quanto aos menos favorecidos, estes foram excluídos. O capital industrial passou a comandar a economia em todos os setores, inclusive no mundo rural, e moldando segundo seus interesses.

A agricultura familiar passou a sobreviver com estratégias alternativas, pois os membros da família precisaram executar outras atividades para sobreviver. Também, os pequenos agricultores envelheceram e os jovens não ficaram no campo por falta de perspectiva, sendo a mulher a que mais se afastou do mundo rural.

No período de 1960 a 1980, não se pode afirmar que as condições de inserção das mulheres nas atividades produtivas apontaram perspectivas de redução dos níveis de subordinação que há muito tempo viveram, afinal as desigualdades de gênero persistiram, mesmo com conquistas.

Entretanto, em todos os campos são marcantes os avanços das mulheres. Elas vivem uma História de lutas, na qual os seus movimentos, em cada momento, possuem feições próprias. Há inúmeros fatos e eventos marcantes que contribuíram para as mulheres escreverem sua trajetória. A participação das mulheres nos movimentos é relevante, porque permite que elas se formem como sujeitos políticos para que possam conhecer seus direitos e suas responsabilidades.

O movimento de mulheres é um espaço de grande importância não só para a convivência feminina como para a reflexão política, cuja participação serviu para que se redefinissem papéis dessas agricultoras rurais, contrastando com o papel exercido tradicionalmente na esfera doméstica, processo no qual, da submissão passou-se para uma situação majoritária em que negocia e amplia decisões.

O que se pode dizer, portanto, é que, a partir da década de 1980 e 1990, as mulheres trabalhadoras rurais passaram a ter voz ativa e lutaram para serem ouvidas. Não foram muitas as conquistas perto do que ainda falta, mas esta luta, na atualidade, fez com que o governo federal tenha colocado as mulheres trabalhadoras rurais na pauta de políticas públicas e projetos que visam promover igualdade de gênero. Isso não é uma solução definitiva para as diferenças que persistem, mas significa um ponto positivo para as mulheres.

6 REFERÊNCIAS

ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.

BANCO MUNDIAL. (2000) RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO MUNDIAL. Disponível em: www.worldbank.org. Acesso em: 25 de abril de 2009.

BRITO, Sebastiana Rodrigues de. Mulheres e trabalho agrícola: novas perspectivas ou redesenhos de precariedades? In. **Revista Espaço Aberto**, v. 10, n. 10. Rio de Janeiro: PUC-RJ, out/dez. 2001.

BRUM, Argemiro. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1997.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. In. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, janeiro-abril, 2004.

BUTTO, Andréa. Políticas para as mulheres trabalhadoras rurais: um compromisso de todos os dias. In. **Ministério do Desenvolvimento Agrário. Gênero, Agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CATTANI, Antonio David (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. Petrópolis: Vozes, Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher a terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. In. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, Florianópolis, jan/abr.2004.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro no Brasil**. São Paulo: Ícone, 1985.

_____. **Previdência Rural**. Relatório de Avaliação Socioeconômica. Brasília: IPEA, Texto para discussão, 1997.

DI SABBATO, Alberto, MELO, Hildete Pereira de. Mulheres rurais – invisíveis e mal remuneradas. In: **Ministério do Desenvolvimento Agrário. Gênero, Agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

ESMERALDO, Gema Galgani. Lutas de mulheres sem terra para a afirmação de novas subjetividades. Disponível em: www.maismulheresnoperbrasil.com.br/Lutasdemulheressemterraparaaafirmaçãodenovassubjetividades.pdf. Acesso em: 30/10/2009. s.d.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. Formação do patronato político brasileiro. 12ª Edição, São Paulo: Globo, 1997.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 62, São Paulo, out. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 17 de janeiro de 2011.

FERREIRA, Jorge. O Nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei (Orgs.). **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2004.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IANNI, Octavio. **Ditadura e agricultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IOKOI, Zilda Márcia. **Lutas Sociais na América Latina: Argentina, Brasil, Chile**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

LACERDA, Antônio Corrêa de; BOCCHI, João Ildebrando; REGO, José Marcio; MARQUES, Rosa Maria (Orgs.). **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2002.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 3ª Edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LIMA, Edyane Sylva de. A mulher enquanto fomentadora do processo produtivo na agricultura familiar: estudo em construção. In. **Revista Espaço Plural**, ano VI, n. 13, segundo semestre 2005. Disponível em: www.unioeste.br/saber. Acesso em: 10 de dezembro de 2009.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. **Terra, família e capital**: formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia. In. **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, n. 3. Brasília: IPEA, 1990.

MELO, Ligia Albuquerque de. Injustiças de gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. In. **Separata do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Ouro Preto-MG, 4 a 8, nov., 2002.

MOTA, Maria Dolores de Brito. Margarida nas ruas: as mulheres trabalhadoras rurais como categoria política. In: WOORTMANN, Ellen F., MENACHE, Renata, HEREDIA, Beatriz (orgs.) **NEAD Especial**. Brasília: MDA, IICA, 2006.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

NOVAES, Regina C. Reyes. Lembranças camponesas: repressão, sofrimento, perplexidade e medo. In: ESTERCI, Ney; FRY, Peter; GOLDENBERG, Mirian. **Fazendo antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PANZUTTI, Nilce da Penha Migueles. Mulher rural: eminência oculta. In. Cadernos CERU, Série 2, n. 8, 1997.

PERROT, Michelle. **Minha História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, Célia R. Movimentos Sociais: espaços privilegiados a mulher enquanto sujeito político. In: COSTA e BRUSCHINI. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

PIVETTA, Marcos. Casa-Grande & Senzala dos Matarazzo na Califórnia Paulista. In. **Revista Pesquisa – FAPESP**, Janeiro/fevereiro, n. 61, 2001.

ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (Orgs.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SACKS, Karen. Engels revisitado: a mulher, a organização da produção e a propriedade privada. In: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (Orgs.) **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SAFFIOTI, Helena. I. B. Equidade e paridade para obter igualdade. In. **Revista do Mestrado em Serviço Social**, v. 1, n. 1. São Paulo: PUC, 1997.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 2004.

SCHAAF, Alie van der. **Jeito de mulher rural**: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2001.

SCOTT, Joan W. La mujer trabajadora en el siglo XIX. In: DUBY, George; PERROT, Michelle (Dir.). **Historia de las mujeres en Occidente**: el siglo XIX. Madrid: Taurus, 2000.
_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In. **Educação e Realidade**, v. 2, n. 2, jul./dez., 1995.

SILVA, Berenice Gomes da. Mãos invisíveis? As demandas dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais por políticas públicas no Brasil. In. **Fazendo Gênero**, n. 9: diásporas, diversidades, deslocamentos. Florianópolis: UFSC, 2010.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. De colona a boia-fria. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

TAMBARA, Elomar. **RS: modernização & crise na agricultura**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo: Editora Instituto José Luis/Rosa Sundermann, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses: MDT/ Universidade Federal de Santa Maria, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. 7 ed. Rev. e atual. Santa Maria:Ed. da UFSM, 2010.

VEIGA, José. Eli. **O que é reforma agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

VIANNA, L. V. Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>, **Dados**, v.. 39, n. 3, Rio de Janeiro, 1996. Acesso em: 26/05/2010.

WOORTMANN, Ellen. F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec, Brasília: UNB, 1995.